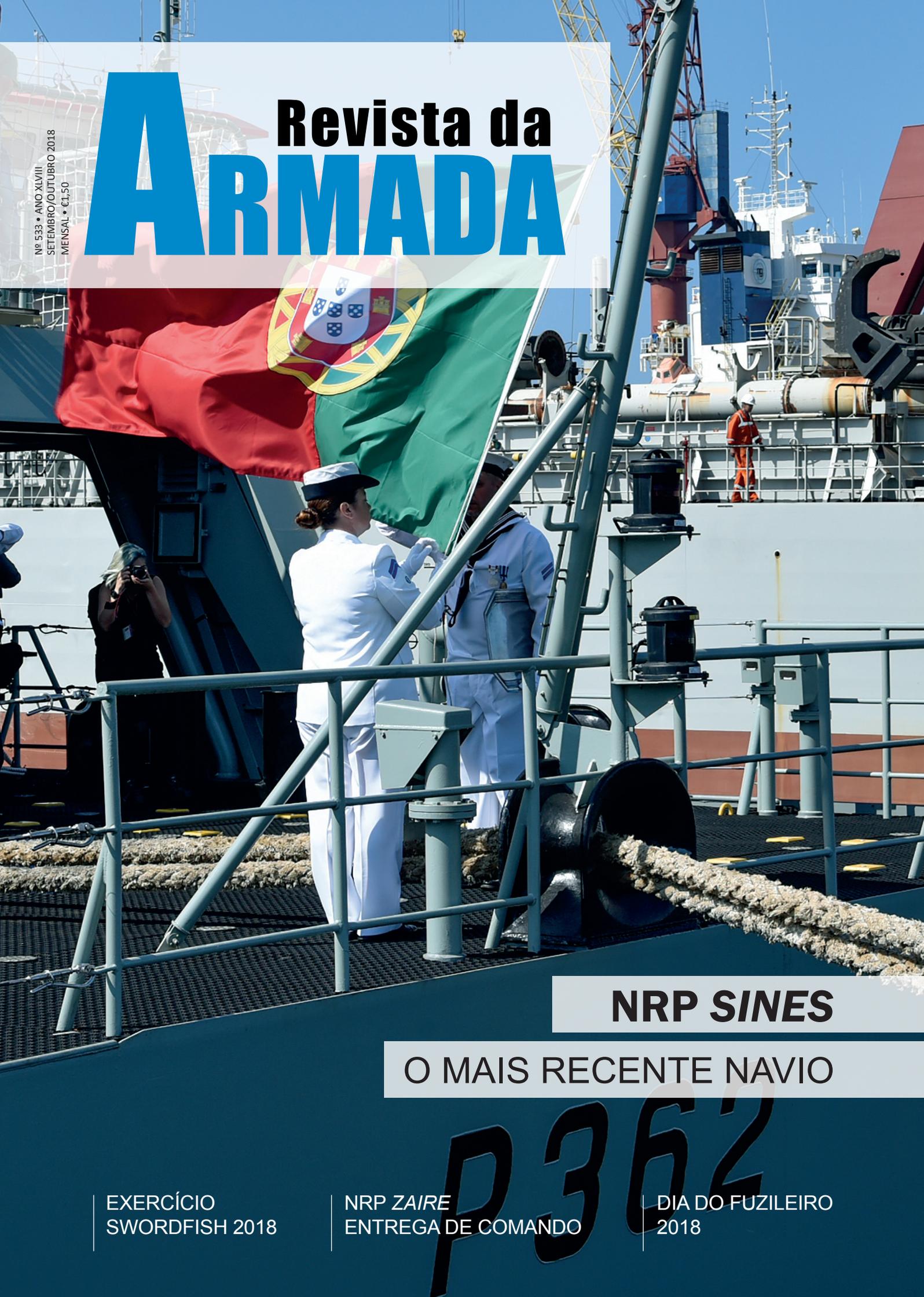


N.º 533 • ANO XLVIII
SETEMBRO/OUTUBRO 2018
MENSAL • €1,50

Revista da ARMADA



NRP SINES

O MAIS RECENTE NAVIO

EXERCÍCIO
SWORDFISH 2018

NRP ZAIRE
ENTREGA DE COMANDO

DIA DO FUZILEIRO
2018

P362



MARINHA REABRE MUSEU MARÍTIMO

Em 27 de julho a Marinha reabriu o Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão, em Faro, após três anos de encerramento em virtude de um incêndio que levou também ao fecho da Biblioteca Infante D. Henrique.

Importante polo museográfico do Museu de Marinha, este Museu Marítimo é o museu mais antigo do Algarve. Foi criado em 1889, com o nome Museu Industrial Marítimo da Escola Pedro Nunes e, em 1916, foi entregue à Marinha (à extinta Escola de Alunos Marinheiros do Sul, que estava instalada no antigo paço episcopal). Em 1946 foi rebatizado como Museu Marítimo Ramalho Ortigão, em memória do oficial que o instalou na Zona Marítima do Sul em 1931, no edifício do Largo da Sé, em Faro. O núcleo em torno do qual se formou foi uma interessante coleção de modelos de redes, armações, aparelhos e barcos de pesca organizados pelo Eng.º Hidrógrafo da Marinha Baldaque da Silva. Estas coleções estiveram expostas por duas vezes em Espanha e até em Paris, durante a Exposição Universal de 1900. Em 1964 foi oficialmente reinstalado nas instalações do Departamento Marítimo do Sul e Capitania do Porto de Faro, sendo seu Diretor o chefe do Departamento Marítimo do Sul.

Das valiosas pinturas que contém, uma das mais emblemáticas é o tríptico “Copejo do Atum”, da autoria de Carlos Porfírio, um pintor Algarvio que também cuidou da decoração do Museu no atual espaço onde se encontra. Igualmente valiosos são os óleos de João Vaz, João de Almeida, César Formili, D. Maria Justina Tibúrcio, Samora Barros e Mestre Lyster Franco.

O Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão compreende 3 salas: a sala Lyster Franco, em homenagem ao excelente pintor e ex-diretor da escola industrial e comercial de Tomaz Cabreira, de Faro, que tanto trabalho obsequiosamente despendeu com a restauração de inúmeros quadros do Museu e a oferta de várias telas da sua autoria; a sala Manuel Bivar, em homenagem ao distinto engenheiro agrónomo fareense, a cuja curiosidade e amor às coisas de marinha se deve a construção, por ele próprio realizada, dos interessantes modelos depositados no Museu por seus filhos; e a sala Baldaque da Silva, em homenagem ao distinto oficial de Marinha, organizador das coleções dos modelos de redes e barcos que serviram de base à formação do antigo Museu Industrial Marítimo.

São muitos os jovens do Algarve que, em idade escolar, ao longo de várias gerações, tiveram o primeiro contacto com a Marinha e com as coisas do mar e da pesca através da visita que fizeram a este Museu. O Museu é ainda procurado por inúmeros turistas e visitantes e é numerosa a correspondência de estrangeiros com o Museu de Marinha, demonstrando interesse por este polo museográfico.



Na reabertura, o VALM Mourão Ezequiel, representando a Marinha, e o Dr. Rogério Bacalhau, Presidente da Câmara Municipal de Faro, assinaram um protocolo de colaboração, que visa o desenvolvimento de atividades de cooperação entre o Museu de Marinha e o Museu Municipal de Faro, para a preservação e divulgação do património museológico e cultural do Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão. Estiveram ainda presentes representantes de diversas entidades oficiais que visam apoiar este projeto, bem como, entre outros convidados, distintos familiares do Almirante Ramalho Ortigão.

Para a reabertura o Museu de Marinha beneficiou diversas peças e substituiu a legendagem do espólio, ficando o Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão aberto ao público às 3^{as}, 5^{as} e 6^{as} feiras à tarde. Às 4^{as} feiras aceita, por marcação prévia, visitas de grupos, nomeadamente escolas.

SUMÁRIO

02	Marinha Reabre Museu Marítimo
04	Strategia (42)
10	NRP <i>Corte Real</i>
12	Forte de Nossa Senhora das Neves
14	Adidos de Defesa Nacionais
17	NRP <i>Sines</i>
20	Entregas de Comando/Tomadas de Posse
22	Direito do Mar e Direito Marítimo (17)
24	Juramentos Vitalícios
25	Certificação da Formação e Operação / Notícias
28	Convívios
29	Vigia da História (103)
30	Estórias (43)
31	Novas Histórias da Botica (71)
32	Saúde para Todos (58)
33	Quarto de Folga
34	Notícias Pessoais / Notícias
CC	Símbolos Heráldicos

EXERCÍCIO SWORDFISH 2018 **06**



09 NRP *ZAIRE* ENTREGA DE COMANDO



DIA DO FUZILEIRO 2018 **11**



Capa

Bandeira Nacional içada pela primeira vez a bordo do NRP *Sines*.

Foto 1SAR ETC Silva Parracho



Revista da ARMADA

Publicação Oficial da Marinha
Periodicidade mensal
Nº 533 / Ano XLVIII
Setembro/Outubro 2018

Revista anotada na ERC
Depósito Legal nº 55737/92
ISSN 0870-9343

Propriedade
Marinha Portuguesa
NIPC 600012662

Diretor
CALM EMQ João Leonardo Valente dos Santos

Chefe de Redação
CMG Joaquim Manuel de S. Vaz Ferreira

Redatora
1TEN TSN-COM Ana Alexandra G. de Brito

Secretário de Redação
SMOR L Mário Jorge Almeida de Carvalho

Desenho Gráfico
ASS TEC DES Aida Cristina M.P. Faria

Administração, Redação e Edição
Revista da Armada – Edifício das Instalações Centrais da Marinha – Rua do Arsenal 1149-001 Lisboa – Portugal
Telef: 21 159 32 54

Estatuto Editorial
www.marinha.pt/pt/Servicos/Paginas/revista-armada.aspx

E-mail da Revista da Armada
revista.armada@marinha.pt
ra.sec@marinha.pt

Paginação eletrónica e impressão
ACD PRINT, S.A.
Rua Marquesa d'Alorna, 12 A
2620-271 Ramada

Tiragem média mensal
4000 exemplares

O MAR COMO FATOR DE PRODUÇÃO*

Como se ensina nas faculdades de economia, considera-se tradicionalmente que os fatores de produção são a terra, o trabalho e o capital, sendo que por terra se entendem os recursos naturais.

Ora, numa altura em que alguns recursos naturais dos espaços continentais do nosso planeta – sobretudo os combustíveis fósseis e os minerais – se aproximam da exaustão, o homem tem-se voltado cada vez mais para o mar, procurando nele aquilo que vai rareando em terra.

Neste particular, também aqui se aplica com toda a oportunidade a observação de Arthur C. Clarke de “quão inapropriado é chamarmos Terra a este planeta, quando ele é claramente Oceano”. Com efeito, talvez se justifique que o fator de produção, em vez de terra, se passe a chamar mar!

Todavia, antes de se detalhar o potencial do mar como fonte de recursos naturais, *i.e.*, como fator de produção, importa frisar que a sua importância extravasa em muito essa vertente, dado o papel fundamental dos oceanos como estabilizadores e reguladores do clima, como fonte de biodiversidade, como via de transporte que concorre decisivamente para a globalização e como fator de desenvolvimento humano, sobretudo para a elevada percentagem da população mundial que vive no litoral.

RECURSOS VIVOS

A verdade é que o contributo dos oceanos para o desenvolvimento económico do planeta é, também, uma realidade incontornável. Desde logo porque os oceanos têm um papel cada vez mais significativo na segurança alimentar, sobretudo no que respeita a recursos piscícolas – particularmente relevantes para uma população como a portuguesa, que é a segunda maior consumidora de peixe do mundo (56,8 kg/ano per capita, mais do dobro da média europeia e apenas ultrapassada pelo Japão).

Neste quadro, cabe referir que, de acordo com os dados mais recentes da *Food and Agriculture Organization*, da ONU, a pesca e a aquacultura produziram 171 milhões de



toneladas de peixe em 2016, o valor mais elevado de sempre. O peixe foi, assim, a fonte de cerca de 17% das proteínas animais consumidas em todo o mundo.

As perspetivas futuras, embora limitadas pela diminuição dos recursos haliéuticos – 33,1% dos pesqueiros são objeto de sobrepesca – apontam para um crescimento da produção de peixe, em virtude do aumento da apetência pelo consumo de pescado, dados os seus benefícios para a saúde humana.

Este crescimento vai dever-se sobretudo à aquacultura, cuja produção para consumo humano ultrapassou a pesca, pela primeira vez, em 2014. Porém, apesar do potencial de desenvolvimento da aquacultura em todo o mundo, os dados do Instituto Nacional de Estatística mostram que, no nosso país, ela representou apenas 6% em peso e 29% em valor, de toda a oferta nacional de pescado em 2016. Mesmo com uma extensa costa, a produção nacional em aquacultura representa menos de 1% do total da produção da União Europeia.

Acresce ainda o enorme potencial a explorar na produção de algas. Além de poderem ser convertidas em biocombustíveis e biomassa para a produção de energia, estas são cada vez mais populares na

alimentação, tanto animal como humana. Este mercado, com epicentro na Ásia, já movimentava cerca de 10 mil milhões de euros a nível mundial. Embora não exista produção significativa de algas em Portugal, a expansão da cozinha asiática, sustentada nas suas qualidades nutricionais, justifica a expectativa de crescimento global de 3% ao ano para esta indústria, de que Portugal pode também beneficiar.

OCEANOS DE ENERGIA

O setor energético é uma área em que a transição da terra para o mar arrancou há muitas décadas, com a exploração de jazidas *offshore* de combustíveis fósseis (petróleo e gás natural) e, mais recentemente, com o desenvolvimento de fontes como a energia do vento, das ondas, das marés e das correntes.

No que respeita aos combustíveis fósseis, a progressiva exaustão das reservas existentes em terra tem contribuído para o incremento da sua prospeção e exploração nos espaços marítimos. Nessa linha, o petróleo e o gás natural extraídos do fundo do mar já correspondem a cerca de 30% da produção mundial, devendo continuar a crescer 3,5% ao ano até 2030, segundo a OCDE.

Em termos nacionais, as prospeções de hidrocarbonetos efetuadas até à data em algumas áreas oceânicas têm permitido identificar condições geológicas e sedimentares favoráveis à ocorrência de reservatórios com dimensão suficiente para o desenvolvimento de projetos comerciais. São agora necessárias prospeções complementares – como as que o consórcio Eni-Galp tem previsto efetuar na costa ocidental portuguesa ainda este ano – que permitam comprovar a presença de hidrocarbonetos no interior desses reservatórios.

VENTOS EM PROFUNDIDADE

Quando se iniciou o investimento na energia eólica *offshore* (em 1991, ao largo da ilha dinamarquesa de Lolland), as turbinas eram muito semelhantes aos modelos instalados em terra, ou seja, encontravam-se limitadas a operar em baixas lâminas de água. A evolução tecnológica ao nível das fundações submarinas e o desenvolvimento de turbinas de vento flutuantes permitiram aumentar progressivamente a profundidade de instalação dos parques eólicos, que se expandiram das zonas costeiras para regiões cada vez mais afastadas, onde há mais espaço disponível e menos concorrência em termos de usos do mar – contribuindo para que a energia eólica offshore tenha sido a indústria que mais cresceu na Europa desde 2007.

Estas evoluções vêm ao encontro dos interesses de Portugal nesta matéria, em função da elevada profundidade média da nossa Zona Económica Exclusiva.

ONDAS, MARÉS E CORRENTES

Como o próprio nome indica, estas formas de energia correspondem ao aproveitamento da ação direta e indireta do movimento das ondas, das marés e das correntes. Embora já existam infraestruturas em exploração comercial (como a central de aproveitamento da energia das marés de La Rance, em França), a maior parte dos projetos ainda são protótipos ou estão em fase de demonstração, não sendo ainda evidentes as soluções técnicas e tecnológicas mais adequadas e eficientes. Não obstante, o número de protótipos na Europa neste setor tem vindo a duplicar de ano para ano, dinamizando investimentos anuais próximos dos 500 milhões de dólares.

Cabe aqui referir que a energia das ondas apresenta boas condições de exploração nos nossos espaços marítimos, caracteri-



zados por elevada agitação. Assim, quando se encontrarem as melhores soluções técnicas, o *Wave Energy Center* estima existir potencial para que Portugal produza cerca de 20% do consumo elétrico nacional através desta forma de energia.

MINAS DO FUTURO

Os recursos minerais do fundo do mar estão concentrados em depósitos, onde é possível encontrar manganês (fundamental para a produção de aço), cobalto (muito útil para o fabrico de peças que tenham que funcionar a alta temperatura) e níquel (essencial para fazer aço inoxidável), além de ferro, cobre, chumbo, zinco, prata, ouro, titânio, cério, zircónio e platina, entre outros.

Contudo, a extração mineralífera no fundo dos mares é complexa, dados os enormes investimentos associados ao trabalho em profundidade, a temperaturas geladas e a pressões esmagadoras. De qualquer forma, a melhoria das tecnologias de extração e das condições de mercado podem vir a fazer com que esta atividade se torne atraente e rentável a longo prazo, particularmente devido ao aumento da procura de minerais e metais (fruto do aumento da população e do crescimento económico) e à exaustão de alguns minérios em terra.

PLANO DE NAVEGAÇÃO

Todos estes dados evidenciam a importância do mar como fator de produção, sobretudo para um país como Portugal, que tem uma Zona Económica Exclusiva de 1,7 milhões de km² (19 vezes superior à área emersa do país) e que se encontra empenhado no processo de alargamento da sua Plataforma Continental para uma área que poderá ultrapassar largamente

os 3 milhões de km². Naturalmente, o país não deverá prescindir dos recursos vivos, energéticos e minerais existentes nos seus imensos espaços marítimos, procurando – com racionalidade, disciplina e sem comprometer o ambiente – usufruir deles através de uma adequada articulação com os outros fatores de produção: o trabalho (que compreende os recursos humanos existentes) e o capital (que inclui os recursos financeiros).

Relativamente ao fator trabalho, os portugueses são reconhecidos em todo o mundo pela qualidade da sua formação académica, nomeadamente na área das engenharias, e pela sua competência profissional. Acresce que a economia do mar nacional emprega cerca de 160 mil pessoas, o que significa que dispomos de uma *pool* de trabalho qualificado disponível para atividades ligadas ao mar.

Em relação ao fator capital, o aproveitamento das potencialidades económicas do mar implica normalmente investimentos relativamente avultados. Contudo, o capital não deixará de acorrer onde houver recursos naturais em quantidade e recursos humanos em qualidade.

Faltar-nos-á, talvez, um pouco mais de arrojo – ou aquilo que John Bates Clark, conhecido economista norte-americano do final do século XIX, classificou como o quarto fator de produção: o empreendedorismo – para aproveitarmos as potencialidades económicas da Lusitânia Azul.



Sardinha Monteiro
CMG

* Esta matéria foi também abordada pelo autor em artigo publicado na edição de 18 de agosto do semanário “Expresso”.



EXERCÍCIO SWORDFISH 18

De 18 a 28 de junho de 2018, a Marinha foi anfitriã do maior exercício naval nacional, que se realiza de dois em dois anos – o SWORDFISH 18. O exercício realizou-se ao largo da costa continental portuguesa entre Lisboa e o cabo de São Vicente, contando com a presença de navios de Espanha, França, Itália e Reino Unido, e de aeronaves da Força Aérea Portuguesa e da Força Aérea Espanhola, totalizando 14 navios e 2300 militares.

Os principais objetivos compreenderam o desenvolvimento das competências do Estado-Maior da Força Naval Portuguesa (FNP) para a condução de operações navais, com especial foco nas operações anfíbias, antissubmarinas, antiaéreas, antissuperfície, guerra eletrônica e apoio às operações especiais.

Este exercício permitiu fomentar o treino das unidades navais, de fuzileiros e de mergulhadores, constituindo-se uma ação basilar na prossecução dos padrões de prontidão operacionais definidos para a esquadra.

O EXERCÍCIO

O SWORDFISH 18 dividiu-se em duas fases: na primeira fase, de 18 a 20 de junho, as unidades navais permaneceram atracadas na Base Naval e no Porto de Lisboa e, como preparação para a fase de mar, foram realizadas diversas reuniões de coordenação e desenvolvidos vários exercícios em ambiente de simulação, quer no simulador de navegação quer no simulador tático, para além do treino de procedimentos de abordagem a navios suspeitos.

Na componente naval, o NRP *D. Francisco de Almeida* assumiu as funções de navio-chefe da FNP, tendo embarcado o COM-PRMFOR (Comandante da Força Naval Portuguesa), CMG Pessoa Arroiteia, assim como o seu Estado-Maior. O SWORDFISH 18 compreendeu uma diversidade de unidades e meios da esquadra, nomeadamente o NRP Álvares Cabral, o NRP *Bérrio*, o NRP *Viana do Castelo*, o NRP *Corte Real*, o NRP *João Roby*, o NRP *António Enes*, o NRP *Arpão*, o NRP *Cassiopeia*, o NRP *Centauro*, dois destacamentos de mergulhadores, uma força anfíbia de desembarque e o Destacamento de Ações Especiais. A Força Aérea assinalou a sua presença no exercício com aeronaves da base aérea de Monte Real, nomeadamente caças F-16, tendo ainda apoiado logisticamente a operação da aeronave MU-2, contratada para colaborar nos eventos de tiro antiaéreo contra manga rebocada.

Na componente anfíbia, o navio polivalente logístico espanhol ESPS *Galicia*, com capacidade de projeção de forças, embarcou uma força combinada de desembarque constituída por fuzileiros portugueses e espanhóis. A Marinha Espanhola contribuiu ainda com o ESPS *Canarias*, fragata da classe *Santa Maria*. A Marinha Francesa participou na presente edição do exercício

com o reabastecedor FS *Somme*. A Marinha Italiana colocou ao dispor uma fragata da classe *Maestrale*, ITS *Scirocco*. Por fim, a Marinha Britânica contribuiu com a presença de um destroyer, HMS *Duncan*, o último da classe *Daring* ou *Type 45* e o navio mais novo da força naval do exercício, tendo iniciado o seu serviço em setembro de 2013. Adicionalmente, a Força Aérea Espanhola participou com uma aeronave de patrulha marítima P3-B, a operar da base aérea de Móron, Espanha.

A segunda parte do exercício, no mar, teve como base um cenário fictício, no qual a comunidade internacional decidiu proporcionar ajuda a um país deveras assolado por elevada instabilidade social e política face à presença de um grupo terrorista, destacando uma força naval multinacional com a principal missão de garantir uma resposta rápida e eficaz em cenário de crise. O referido cenário proporcionou treino intensivo em todo o espectro das componentes convencionais da guerra aérea, de superfície e submarina, com vista ao incremento das perícias e



Foto Paul Hall

competências dos navios em força. Foi ainda dado destaque à vertente de operações de segurança marítima, com a inserção de diversas equipas de abordagem e vistoria por meios orgânicos (helicóptero e semirrígida) dos navios. Neste campo, é de enaltecer o trabalho da célula de aconselhamento à navegação civil do Comando Naval, facultando que diversos navios mercantes disponibilizassem a sua plataforma para a realização dos referidos exercícios de abordagem.

Foi ainda desenvolvida uma operação de projeção de força, consubstanciada no desembarque faseado de uma equipa de mergulhadores para relato das condições das praias de desembarque, de uma equipa de reconhecimento de fuzileiros para esclarecimento e relato do cenário tático no terreno e, por fim, a projeção da força de desembarque a qual teve como objetivo garantir a segurança e controlo de uma infraestrutura importante para a economia do país em dificuldades e, por conseguinte, para o incremento da estabilidade do mesmo.

Apesar do treino dedicado às séries tradicionais de defesa aérea, de superfície e de subsuperfície, o SWORDFISH 18 dedicou, em paralelo, especial atenção ao treino contra as mais prováveis ameaças nos atuais cenários de conflito. Neste contexto, foram sendo realizadas séries de defesa aérea contra um *drone* convencional, simulando transporte de matéria explosiva; de defesa contra ameaça assimétrica, na qual pela primeira vez se utilizaram motos de água e proteção contra ataques cibernéticos.

A utilização de *drones* convencionais simulando, neste cenário, o transporte de matérias explosivas, teve como objetivo testar a capacidade dos meios navais envolvidos na sua deteção atempada, destruindo/desviando a sua trajetória antes de atingir o alvo.

Num momento em que proliferam estudos e testes no uso de *drones* para tarefas que vão desde a espionagem e a entrega de encomendas do serviço de internet rápida, ao transporte de matérias perigosas e/ou ilícitas, legítima a preocupação militar com a possibilidade de *drones* baratos, já amplamente disponíveis no mercado, cada vez menores e mais leves e, consequentemente, mais difíceis de detetar, poderem tornar-se uma ameaça real ao sobrevoarem áreas de segurança, instalações críticas e até mesmo Unidades Navais e Forças Militares.

A adaptação destes aparelhos, também designados por Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT) ou *Unmanned Aerial Vehicle* (UAV), capacitando-os para as mais prováveis ameaças nos atuais cenários de conflito, foi estudada e executada no Comando Naval e testada neste grande exercício naval nacional, que contou com a participação de navios de Portugal, Espanha, França, Itália e Reino Unido.

As dificuldades de deteção e seguimento de UAV de pequena dimensão, que se deslocam silenciosamente e a baixa altitude, confirmou a necessidade de reforçar as unidades navais com sistemas de defesa que inviabilizem ou minimizem os efeitos nefastos destes meios na vertente da ameaça assimétrica.

A robotização dos conflitos, anunciada há muito tempo na literatura de ficção científica, está lentamente a tornar-se uma realidade, mesmo em cenários assimétricos. O desenvolvimento de capacidades, quer para sobreviver nesses cenários de curto/médio prazo, quer para utilizar estas novas tecnologias e capacidades, é uma preocupação premente do setor das operações.



Foto ISAR ETC Silva Parracho

Foto ISAR ETC Silva Parracho

Foto Paul Hall



Fotos Carlos Rodrigues

CIBEREX

O propósito das séries CIBEREX foi avaliar a capacidade de resposta a navios da Força Naval Portuguesa contra ataques informáticos, mas também consolidar procedimentos de segurança que devem ser conhecidos por todos os utilizadores dos sistemas de informação do navio. Os incidentes foram injetados pelo NCIRC (*Navy Computer Incident Response Capability team*), que corresponde à célula da Marinha Portuguesa responsável pela segurança da informação e dos seus sistemas, sendo a sua função avaliar os tempos de deteção, de aviso e da aplicação de contramedidas de modo a garantir a segurança do navio, dos operadores e da informação operacional.

Algumas das situações geradas pela NCIRC consistiram em esquemas de *phishing*, recolha de informações em redes sociais

e correio eletrónico danoso, com o intuito de negar o uso dos sistemas de informação ou de recolher informação operacional sensível e comprometedora da missão da força naval.

DISTINGUISHED VISITORS DAY (DVDAY)

O SWORDFISH 18 ficou também assinalado pela presença do Ministro da Defesa Nacional, Dr. Azeredo Lopes, do Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, Almirante Mendes Calado, do Comandante Naval, VALM Gouveia e Melo, e de outras altas entidades aquando da realização do *DVD*Day. O objetivo deste evento foi demonstrar as capacidades operacionais da Marinha Portuguesa a importantes entidades militares e civis, quando integrada numa força naval multinacional a exercer funções de comando. Às 09h15 de 26 de junho, as entidades encontravam-se a bordo do navio-chefe, o NRP *D. Francisco de Almeida*, onde assistiram a um conjunto variadíssimo de exercícios que envolveram todas as unidades participantes no SWORDFISH 18. A demonstração naval distinguiu-se pelo relevo atribuído às operações de assalto anfíbio na praia da Raposa, pela força de desembarque portuguesa e espanhola que largou do ESPS *Galicia*. Da mesma forma, é de assinalar a presença e cooperação das aeronaves de caça F-16 no exercício simulado de defesa aérea, assim como a ação antissubmarina, de lançamento de sonobóias, pela aeronave espanhola de patrulha marítima P3-B. Posteriormente, realizou-se um reabastecimento múltiplo no mar com o NRP *Bérrio*, tendo o *DVD*Day terminado com um almoço protocolar enquanto o navio-chefe entrava o porto de Setúbal, onde desembarcou as diversas altas entidades.

CONCLUSÕES

A realização deste exercício foi uma extraordinária demonstração da capacidade da nossa Marinha organizar e conduzir exercícios de elevada complexidade, integrando meios militares de diferentes países amigos e, conseqüentemente, um excelente exemplo de que estamos prontos para responder a qualquer tipo de situação de forma eficaz e resoluta.

O SWORDFISH 18 permitiu, ainda, à Marinha, com o apoio de outras entidades e países, incrementar as suas competências e manter os padrões de prontidão operacionais que lhe permitem ser empregue numa vasta diversidade de operações navais conjuntas e combinadas, em qualquer parte do globo.



Foto Paul Hall

Colaboração do **COMANDO NAVAL**

NRP ZAIRE

ENTREGA DE COMANDO

Realizou-se no dia 10 de julho a entrega de comando do NRP *Zaire*, com o navio atracado no Cais Comercial de São Tomé – Baía de Ana Chaves. A cerimónia, presidida pelo Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional (CEMA e AMN), contou com a presença de várias entidades nacionais e estrangeiras, destacando-se, entre elas, o Almirante Comandante Naval, o Comandante da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe e os embaixadores de Portugal, Angola e Brasil.

No seu discurso, o Comandante cessante, 1TEN Miguel Faria, salientou a relevância do apoio prestado pelos diversos organismos de Marinha e o esforço da sua guarnição ao longo do seu comando, em especial, na preparação e cumprimento da primeira parte da missão de capacitação da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe, surgindo após um desgastante e exigente período de quatro meses atribuído à Zona Marítima da Madeira. Por seu turno, o Comandante empossado, 1TEN Rosado Gaspar, fez referência ao longo e exigente caminho a percorrer no âmbito concreto da missão em curso, bem como a necessária responsabilização das estruturas portuguesas e são-tomenses envolvidas, como elemento essencial para o sucesso da missão. Por fim, tomou a palavra o Almirante CEMA e AMN, evidenciando a importância que a missão de capacitação da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe representa para ambos os países, bem como para a segurança marítima do Golfo da Guiné.

Seguiu-se a assinatura dos “Procedimentos Padrão e Requisitos de Embarque para Fiscalização Conjunta entre a Marinha Portuguesa e a Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe”.

A cerimónia terminou com um Porto de Honra.

CAPACITAÇÃO DA GUARDA COSTEIRA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Inserida na agenda da visita do Almirante CEMA e AMN a São Tomé e Príncipe, decorreu no dia 11 de julho uma demonstração do projeto de capacitação da Guarda Costeira deste país amigo. Para tal, o NRP *Zaire*, centro nevrálgico da missão, largou da Baía de Ana Chaves trazendo a bordo um grupo de cerca de dez militares são-tomenses, que puseram em prática as perícias adquiridas no trabalho diário a bordo e na instrução ministrada pela guarnição do navio. A observar o seu desempenho, estiveram presentes autoridades militares portuguesas e são-tomenses e ainda os embaixadores de Portugal, Angola e Brasil.

Do seriado previsto, constava um exercício de combate a incêndio e o estabelecimento dos postos de contagem rápida. Sem aviso prévio, foi inje-



Navio em postos de honra na cerimónia de entrega de comando



Cerimónia de entrega de comando



Assinatura dos Procedimentos Padrão e Requisitos de Embarque para Fiscalização Conjunta entre a Marinha Portuguesa e a Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe

tado um exercício de homem ao mar. Foi com manifesto agrado que o Almirante CEMA e AMN viu reagir os militares são-tomenses que, de uma forma pronta e eficaz, fizeram face aos incidentes encenados. A demonstração terminou com a aproximação à Baía de Ana Chaves, conduzida pelos oficiais da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe, e a amarração do navio à boia ali fundeada, no início do ano, para esse efeito.

Colaboração do **COMANDO DO NRP ZAIRE** 

NRP CORTE REAL

NAVIO-CHEFE DA EUROMARFOR

O NRP *Corte Real* desempenhou as funções de navio chefe da Força Marítima Europeia (EUROMARFOR), no período de 19 de junho a 13 de julho, durante a ativação desta Força para a participação no exercício *Swordfish 18* e nos exercícios *Multicooperative (MCE) 18-1* Mauritânia e 18-2 Cabo Verde.

A cerimónia de ativação da EUROMARFOR decorreu a bordo, no dia 19 de junho, sendo presidida pelo VALM Gouveia e Melo, Comandante da EUROMARFOR. Integraram a Força Multinacional o NRP *Corte Real*, como navio-chefe, o reabastecedor francês FS *Somme* e as fragatas espanhola e italiana, ESPS *Canarias* e ITS *Scirocco*.

No dia seguinte à cerimónia de ativação, a Força Naval EUROMARFOR largou de Lisboa, para a participação no exercício *Swordfish 18*. Este exercício representou uma oportunidade única para integração de força e incremento da interoperabilidade, proporcionando treino nas diferentes áreas da guerra convencional, assimétrica, de manobras e evoluções e reabastecimento no mar. Destaca-se o lançamento pela *Corte Real* de um torpedo de exercício MK-46 e o embarque de um helicóptero *Lynx* MK-95 configurado para luta antissubmarina, com sonar de profundidade variável.

No dia 27 de junho, os navios da EUROMARFOR desintegraram o exercício *Swordfish 18* e rumaram a África, para participar nos exercícios *Multicooperative MCE 18-1*, ao largo da costa da Mauritânia, e *MCE 18-2*, ao largo da costa de Cabo Verde.

A primeira fase culminou com a atracação no Porto de Nouakchott, nos dias 2 e 3 de julho, sendo a primeira vez que a Força Marítima Europeia atracou na Mauritânia.

Durante esta estadia em Nouakchott, os navios desenvolveram diversas ações de instrução e treino com a Marinha da Mauritânia, nomeadamente, no âmbito das operações de interdição marítima (embargo), técnicas de proteção de navios contra ameaças assimétricas e ataques terroristas, assistência médica e técnicas de limitação de avarias. Foram também realizadas ações de treino conjunto entre as equipas de abordagem dos fuzileiros e mergulhadores embarcadas e a Marinha da Mauritânia.

No porto de Nouakchott, a Força Naval pôde contar com a presença do Comandante da EUROMARFOR, que presidiu a diversos eventos.

Após a largada da Força, no dia 4 de julho, teve lugar a fase de mar do exercício MCE 18-1, consistindo num treino conjunto com a Marinha da Mauritânia na área de defesa contra ameaça assimétrica, abordagem a navios suspeitos e busca e salvamento. Para tal, embarcou um Oficial de Ligação do NRP *Corte Real* a bordo do MTS *Timbedra* a fim de facilitar a troca de informação entre os dois navios.

No mesmo dia, despediu-se dos restantes navios da Força o FS *Somme* que seguiu rumo a França. Os restantes navios prosseguiram para o próximo porto de visita – Praia (Ilha de Santiago – Cabo Verde), onde atracaram no dia 6 de julho. O NRP *Corte Real* recebeu ainda durante a manhã o Comandante da EUROMARFOR, que apresentou cumprimentos ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde.

Durante a visita ao EMFA de Cabo Verde, foi também levada a cabo uma sessão explicativa acerca do conceito da EUROMARFOR e qual a sua missão pelo Comandante do grupo tarefa, CGEMF, CMG Alves Martins.



Operações de reabastecimento com FS *Somme*.



VALM Gouveia e Melo com entidades militares da Mauritânia, CGEMF e Comandantes dos navios da EUROMARFOR, a bordo do NRP *Corte Real*.

Durante a tarde, foi realizada uma demonstração de capacidades em Força, com coordenação do NRP *Corte Real*, tendo incluído abordagem a navio suspeito (simulado pelo navio patrulha *Djeu* da guarda costeira de Cabo Verde), salvamento marítimo, limitação de avarias e emergência médica.

Durante a permanência na Cidade da Praia, foram realizadas ações de formação em conjunto com as Forças Armadas de Cabo Verde no âmbito das operações de mergulho.

No dia 8 de julho, a Força largou do Porto da Praia rumo aos seus destinos finais, realizando, logo após a largada, um exercício conjunto com a Guarda Costeira de Cabo Verde, que consistiu num treino de abordagem a navio suspeito, sendo este simulado pelo navio patrulha *Djeu*.

Em trânsito para Norte, a Força manteve a execução de diversos exercícios de comunicações, de manobras e evoluções, de operações de voo e treino de aproximações para reabastecimento no mar, até à desintegração do ITS *Scirocco*, que ocorreu na manhã de dia 10 de julho, e do ESPS *Canarias*, que teve lugar na manhã de dia 12 de julho.

Destaca-se um período de ativação intenso e de grande operacionalidade da *Corte Real*, caracterizado por excelentes níveis de integração, interoperabilidade e adestramento em todas as componentes das Operações Navais e reabastecimento. Salienta-se a participação no exercício *Swordfish*, visitar pela primeira vez um porto na Mauritânia, Nouakchott, a visita à cidade da Praia, em Cabo Verde e, sobretudo, a interação e treino combinado com as Marinhas da Mauritânia e de Cabo Verde.



Colaboração do COMANDO DO NRP CORTE REAL

DIA DO FUZILEIRO 2018

O Dia do Fuzileiro teve origem no “Encontro Nacional de Fuzileiros”, um evento promovido pela Associação de Fuzileiros permitindo, até 2008, a convergência dos nossos associados, acompanhados por familiares e amigos, para, numa reconfortante nostalgia, alegria e orgulho, matarem saudades. O 1º Dia do Fuzileiro, como agora nos é apresentado, ocorreu em 2009, numa iniciativa integrada do Comando do Corpo de Fuzileiros e da Associação de Fuzileiros (AFZ) em juntar anualmente, na “Casa Mãe”, todos os militares da boina azul-ferrete. Dez anos depois desta iniciativa, no “rescaldo” do que se passou no passado dia 7 de julho, só podemos concluir que de uma ideia simples, se evoluiu para uma “Festa” grande, do tamanho da dignidade que merecem os Fuzileiros.

Este evento decorreu, como habitualmente, na Escola de Fuzileiros (EF), em Vale de Zebro, e contou este ano, pela primeira vez, com a presença do Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, Almirante Mendes Calado. Do seu intenso programa recheado de novidades, destaca-se a celebração de uma missa na capela da EF, uma Cerimónia Militar realizada por antigos e atuais Fuzileiros, o desfile das Forças em Parada constituídas pela Fanfarra, por dois blocos de Guiões de antigas e atuais Unidades de Fuzileiros, por uma Companhia de Fuzileiros que desfilou em marcha acelerada e pelo Pelotão de veteranos da AFZ. No final do desfile, houve oportunidade para que todos os militares presentes, agrupados por anos de incorporação, pudessem desfilarem perante a entidade que presidiu à cerimónia, seguidos pelos motociclistas fuzileiros. Foi, inquestionavelmente, um dos momentos altos deste dia. Do programa constou também uma demonstração de saltos em paraquedas, realizada por militares fuzileiros do Destacamento de Ações Especiais (DAE), e diversas atividades direcionadas aos mais novos, como insufláveis, tenda de *airsoft* e parede de escalada, passeios de LARC e botes, assim como as habituais atividades físicas, como a pista de lodo e a torre de treino anfíbio com slide.

Antes da abertura do recinto reservado ao almoço e convívio, houve ainda tempo para a realização de uma demonstração direta (ação concretizada pelo DAE) e para o lançamento do livro “Os Fuzileiros em África 1961-74”, do Prof. John P. Cann.

Tendo por tema “Fuzileiros em missão”, juntaram-se ainda à festa, através de ligações por videoconferência, aqueles que se encontram projetados nos vários teatros de operações, ao serviço da Marinha e de Portugal.

Para esta edição a Escola de Fuzileiros e a Associação de Fuzileiros desenvolveram um novo modelo para o evento que se traduziu na total abertura do tradicional recinto de refeições, disponibilizando a alimentação em espaços alusivos às atuais e antigas Unidades do Corpo de Fuzileiros. Este modelo permitiu maior concentração de participantes (mais de 1500 pessoas), incrementando o convívio e confraternização das diferentes gerações de fuzileiros.



Fotos ISAR ETC Silva Parracho

A “festa” decorreu até às tantas permitindo, como expetável, o reencontro de várias gerações de Fuzileiros, a troca de histórias, muitas delas vividas, contadas e recontadas na primeira pessoa e, acima de tudo, permitindo matar saudades, ficando demonstrado, caso alguma dúvida houvesse, que o orgulho de ser e de pertencer é, mesmo, intemporal, fazendo juz ao nosso lema, também ele o nosso grito:

Fuzileiro uma vez, Fuzileiro para sempre!

Colaboração da ASSOCIAÇÃO DE FUZILEIROS E DO CORPO DE FUZILEIROS



FORTE DE NOSSA SENHORA DAS NEVES

CAPITANIA DO PORTO DE LEIXÕES

DR

A toponímia local consagra o forte de Nossa Senhora das Neves, em Leça da Palmeira, como estrutura castelar. Os locais denominam-no “Castelo de Leça”, embora em rigor se esteja apenas perante um dos fortes edificadas no século XVII com o objetivo de defender a costa portuguesa. Estes fortes foram os baluartes defensivos e o garante da segurança e tranquilidade das populações ribeirinhas contra os ataques e incursões de inimigos e piratas.

O forte de Nossa Senhora das Neves é disso exemplo vivo, erguendo-se imponente e gracioso em Leça da Palmeira. Forte marítimo de enquadramento urbano, na cota dos 8 metros acima do nível do mar, apresenta planta no formato trapezoidal com meios-baluartes na face nordeste, e guaritas pentagonais com respetivas cúpulas exteriores. Na cortina que une os dois meios baluartes rasga-se a porta principal em arco de volta perfeita, encimada por pedra de armas. Na face voltada ao mar, exhibe três redentes, um em cada extremo e um terceiro ao centro, seguida por uma plataforma mais baixa, de planta trapezoidal, que une os redentes. Externamente é rodeado por fosso na face voltada a terra.

Não sendo certa a data da sua edificação, crê-se ter sido no ano de 1639, no local de Santa Catarina, em Leça da Palmeira, que por ordem do 1.º Conde de Penaguião, D. João Rodrigues de Sá Menezes, se procedeu à construção desta fortaleza, sob a assistência do capitão António Francisco Chorão.

As populações ribeirinhas viviam sob a ameaça das hostilidades dos Castelhanos, pois Portugal havia-se libertado do poder de Castela. Eram igualmente atemorizadas por piratas vindos do Mediterrâneo, da costa africana e de outras paragens do resto da Europa, que cruzavam o novo mar. Temendo novas incursões, foram estes receios comunicados ao monarca D. João VI que, em 1642, dirigiu ao senado da Câmara do Porto uma honrosa carta recomendando com toda a brevidade a conclusão das obras do forte, bem como o prover de artilharia e gente. Por carta régia de 30 de setembro, era aprovada a determinação camarária de executar a obra à custa do cofre dos sobejos da Cidade.

Por alvará de 1648 foi criada para esta fortaleza militar uma guarnição de seis soldados pagos. Em 1701, estava o forte de Nossa Senhora das Neves artilhado com quatro peças e guarnecido por oito soldados sob o comando de um tenente.

A construção do forte arrastou-se por alguns anos e é de aceitar que só tenha sido concluída em 1720, data que se encontra inscrita no arranque do arco inferior de entrada da pequena parada central.

Nas “*Memórias Paroquiais*” (1758), o reitor Dr. Manuel da Cruz Ribeiro faz referência à existência de duas fortificações — uma chamada de Nossa Senhora das Neves, quadrada, com um fosso exceto para o mar, que distava da barra “*um tiro de mosquete*”, e outra fortificação, ou atalaia, também quadrada, moderna, com uma plataforma para o rio e mar, não acabada e sem armazéns ou quartéis.

No contexto da guerra civil Portuguesa (1828-1834), em 1832, o forte foi objeto de algumas benfeitorias, nomeadamente nos armazéns, ponte levadiça, escadas do fosso e parapeitos, mantendo, ainda, algumas canhoeriras ao nível da marginal. Com o fim do conflito, o forte perdeu as suas funções militares com a extinção da sua guarnição.

Em 1844, por ordem de D. Maria II, foi a fortificação entregue ao Ministério da Fazenda para nela ser instalada a Alfândega do Porto.

O forte assumiu-se em definitivo como uma estrutura passiva quando, no seu interior, em dezembro de 1892, foi nele instalada a Delegação Marítima da Capitania do Porto da Cidade do Porto (capitania hoje designada por Capitania do Porto do Douro), sendo realizadas algumas obras de adaptação, e montado na bateria alta o indispensável mastro de sinais. Na primeira década do século XX foi igualmente instalado o posto semafórico, para o qual foi necessária a construção de uma torre de sinais em tijolo, de configuração semelhante à que atualmente se ergue nas dependências da Administração dos Portos de Douro, Leixões e Viana do Castelo.

Durante o período da existência da torre semafórica, os pilotos mantiveram ali um posto de vigia que foi transferido a 8 de abril de 1965 para a atual estação de pilotos. Outrora, antes de existir a Estação de radar de Leixões, os pilotos do Douro e de Leixões eram informados da chegada às imediações das duas barras através da Estação Semafórica e telegráfica do Monte da Luz. Esta comunicava por telégrafo para a Estação Semafórica e telegráfica de Leça da Palmeira, mais identificada pelo 17, seu número de telefone, ou castiçal, dada a configuração da torre.

A edificação encontra-se classificada como Imóvel de Interesse Público publicado por Decreto em 5 de dezembro de 1961.

O desenvolvimento comercial de algumas povoações do Litoral, tendo em vista, entre outras, a exploração marítima, a exemplo do se passava nos portos da Europa, fez sentir a natural exigência de uma regulamentação adequada e eficaz. Por um lado, para garantir a segurança das vidas e propriedade, assegurando nos ancoradouros uma regular fiscalização das amarrações fixas. Por outro, este era um meio de receitas para o Estado, que em nada afetava os interesses comerciais.

Neste contexto, o Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, a 1 de dezembro de 1892, sob proposta do Conselho do Almirantado, aprovou o Regulamento Geral das Capitanias. Mais que um simples regulamento destes organismos, tem constituído, desde a citada data, o diploma fundamental das atividades marítimas civis. Assim, mantiveram-se os departamentos marítimos, considerando que a jurisdição marítima no litoral e águas territoriais abrange condições importantíssimas de serviço público, que, por sua natureza especial e técnica, têm de ser confiadas aos chefes de Departamento Marítimo e repartições suas dependentes.

A reforma da carta de lei de 27 de julho de 1882, que até então regulava o exercício da jurisdição marítima no litoral e águas territoriais, a par com a criação das novas delegações marítimas, como foi o caso de Leixões, veio no sentido de conciliar os interesses do estado das associações comerciais portuenses e das populações marítimas, criando alguns serviços especiais já existentes em portos estrangeiros. Esta afigurou-se como uma mais-valia, quer para os navios estrangeiros que demandavam o porto de Leixões, quer para a população marítima local. Este facto está diretamente relacionado com a relevância do porto artificial de Leixões, sujeito a grandes e contínuas transformações no sentido de ser enquadrado nas novas rotas das grandes companhias comerciais e de operar como plataforma de rotação do comércio externo.

Enquanto nas demais Delegações das Capitanias, as funções de delegado eram exercidas pelos chefes da delegação ou do posto fiscal da alfândega da localidade, nas delegações de Cascais e Leixões os delegados são oficiais da Armada com atribuições fiscais e policiais iguais às dos capitães dos portos.

A Delegação Marítima passou a dar resposta aos assuntos relacionados com: a inscrição marítima; os processos por transgressão; a concessão de amarrações fixas; a determinação quanto ao alojamento para passageiros; as disposições para a carga de grão para o convés; e outros assuntos de igual importância que deveriam ser regulados, pois pela legislação até então vigente não o eram. Estabeleceu-se a uniformização de procedimentos semelhantes aos implementados em portos estrangeiros, tendo como objetivo único que a aplicação da lei seja igual para nacionais e estrangeiros.

A relevância dada à Delegação Marítima de Leixões por força do desenvolvimento incrementado no porto de Leixões leva a que, já em 1926, o Anuário estatístico de Portugal se refira ao Departamento Marítimo do Norte e à sua dependência, a Capitania do Porto de Leixões.

O Diário do Governo 1 Série n.º 50 de segunda-feira 2 de março de 1931, no decreto nº 19:401 Art.1, decreta a alteração às lotações e patentes dos oficiais da Armada a prestarem serviço nos Departamentos Marítimos, Capitanias e Delegações Marítimas, sendo que para a Capitania do Porto de Leixões a lotação de oficiais da Armada era: 1 Capitão do Porto (capitão-tenente); 1 adjunto (primeiro-tenente); 1 oficial do secretariado naval; 1 patrão-mor (oficial auxiliar de manobra).



O Decreto-Lei n.º 43/2002, de 2 de março, cria o sistema da autoridade marítima, e define a estrutura da Direção-Geral da Autoridade Marítima, que sucederá à Direção-Geral de Marinha. Por força deste decreto os Departamentos Marítimos e as Capitanias são, respetivamente, órgãos regionais e locais da DGAM.

O forte de Nossa Senhora das Neves, vulgo Castelo de Leça, suscita a memória do tempo da restauração de Portugal, mostrando-nos uma estrutura militar defensiva, bem desenhada e modular. A sua importância não se perdeu com o passar dos tempos, pese embora o facto de já no século XIX ter sido destituído da sua componente defensiva.

A sua posição estratégica face ao desenvolvimento do Porto de Leixões continuou a ter um papel relevante na história de Matosinhos e Leça da Palmeira, e nele se mantém instalada a Capitania do Porto de Leixões e o Comando Local da Polícia Marítima.

Estes apontamentos não são mais do que um modesto contributo para a história da Capitania do Porto de Leixões, que em dezembro de 2017 completou 125 anos ao serviço da comunidade piscatória e das populações marítimas, e também um justo reconhecimento a todos os que, pelo seu trabalho e dedicação, contribuíram para que a Capitania do Porto de Leixões cumprisse a missão de bem servir as populações e dignificar a Autoridade Marítima e a Marinha.



Francisco Marques Martins
Faroleiro-Chefe

Bibliografia:

- Decreto de 1 de dezembro de 1892.
- Rotary Clube de Leça da Palmeira, Castelo de Nossa Senhora das Neves de Matosinhos ou Leça, 1995.
- Carta de Lei n.º 282 de 13 de dezembro de 1882.
- Cartas de Lisboa — Memórias de Matosinhense, Matosinhos ontem hoje e amanhã, Câmara Municipal Matosinhos 2005.
- Boletim informativo, Leça da Palmeira, Ano 1, Nº 4 março-junho 1999.
- Nobre Augusto / Recordações e estudos de há sessenta anos, Leça da Palmeira, Porto 1945.
- Pires, Dr. José Augusto Cardia, (...), Silva, Júlio Ferreira dos Santos, / Guia de Leixões, comissão de iniciativa de Leixões, janeiro de 1934.
- <https://www.google.pt/search?q=forte+de+nossa+senhora+das+neves&tbm>. <http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id=fortaleza=1264>

ADIDOS DE DEFESA NACIONAIS

NOTA HISTÓRICA

O cargo que hoje se designa por Adido de Defesa remonta ao século XVII, na época da Guerra dos Trinta Anos, quando o 5º Duque de Richelieu¹, político francês durante a Restauração Bourbon, tendo servido em duas ocasiões como Primeiro-Ministro da França sob o Reinado de Luís XVIII, enviou militares ao exterior para colaborar com os poderes aliados na obtenção de informações. Com a criação dos impérios coloniais, o papel dos Adidos ganhou relevo até que a sua utilização se generalizou nas relações internacionais. No início do século XX, o seu papel foi consolidado pelo aumento do número de Estados, pela natureza cada vez mais complexa dos sistemas de armas e pela importância crescente das suas funções no âmbito da recolha de informações.²

ENQUADRAMENTO LEGAL

De acordo com a atual legislação em vigor, os Adidos de Defesa Nacionais Acreditados no Estrangeiro cumprem as suas missões no âmbito da diplomacia internacional, de acordo com um alargado normativo legal, de que se destaca, a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 18 de abril de 1961; o Decreto-Lei nº 56/81, de 31 de março, que reformula a estrutura do quadro das missões militares junto das representações diplomáticas de Portugal no estrangeiro; o Despacho do Ministro da Defesa Nacional (MDN) nº 01/2011, de 05 de janeiro, que estabelece as normas relativas aos Adidos de Defesa e a sua articulação com o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e a Direção-Geral da Política da Defesa Nacional (DGPDN); a Portaria nº 780/2015 do MDN e do Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE), de 13 de outubro, que define o dispositivo de Adidos de Defesa residentes e não-residentes; e demais Leis Orgânicas do MDN (LOMDN), do EMGFA (LOEMGFA) e da DGPDN (LOD-GPDN). Encontra-se em curso um trabalho liderado pelo MDN, no âmbito da Ação Externa da Defesa Nacional e que irá introduzir algumas alterações, não só no atual dispositivo de Adidos de Defesa nacionais acreditados no estrangeiro, como também no estabelecimento de um normativo legal mais consolidado incorporando o extenso acervo de instrumentos legais que regulam estas matérias.

De acordo com a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), compete ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) dirigir a ação dos representantes militares em missões diplomáticas no estrangeiro. Nestes termos, os Adidos de Defesa desempenham as suas funções na direta dependência hierárquica e orgânica do CEMGFA, exercendo a sua atividade sob a coordenação do Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL) e de acordo com as orientações e diretivas emanadas pelo CEMGFA.

Os Adidos de Defesa estabelecem, também de acordo com o referido Despacho do MDN nº 01/2011, de 05 de janeiro, um relacionamento funcional e direto com a DGPDN, ao nível político-estratégico com os países onde se encontram acreditados, e da Cooperação Técnico-Militar (CTM) com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), exercendo a DGPDN, neste contexto, a coordenação destas atividades.

Finalmente, os Adidos de Defesa dependem localmente do Chefe da Missão Diplomática (CMD) para fins de orientação política geral, cabendo-lhes acompanhar as atividades inerentes a uma determinada área específica, defendendo as políticas nacionais definidas, tratando a informação pertinente dessa área, articulando a sua execução com as entidades setoriais e autoridades locais.

TERMOS DE REFERÊNCIA

O termo **Adido** advém do francês *Attaché* que traduzido para Português tem os seguintes significados, entre outros: fixado, pessoa ligada a um serviço ou a uma Embaixada. O equivalente termo em inglês *attach*, traduzido para Português, tem os seguintes significados, entre outros: fixar, juntar ou conectar.

Os Adidos, de qualquer natureza, juntos a uma Embaixada de Portugal, num determinado país, só podem desempenhar estas funções mediante um processo de acreditação que está sujeito à prévia concessão de um beneplácito. O beneplácito, na sua expressão mais simples, é um voto de confiança, de um Estado, que é dado a um oficial para o desempenho do cargo em apreço. Esta fase do processo de acreditação passa pela obtenção da concordância dos correspondentes MNE, MDN, EMGFA e outras autoridades de segurança,



5º Duque de Richelieu

depois de se certificar que o oficial proposto é merecedor de tal confiança do Estado a quem se solicita a acreditação. Assim sendo, a acreditação é o reconhecimento formal de um oficial como Adido por parte do Governo, do EMGFA ou estruturas equivalentes dos países anfitriões e/ou acreditadores, podendo o Adido ser ainda acreditado junto a um ou mais Ramos das Forças Armadas ou a outras autoridades desses países.

O **Adido de Defesa** é um oficial que, integrado numa missão diplomática do seu país, chefia a representação militar, está expressamente acreditado junto do Governo e do correspondente EMGFA do país anfitrião, onde mantém residência permanente e/ou noutro país acreditador onde não é residente.

O **Adido Naval, Militar, do Exército ou Aeronáutico** é um oficial que, integrado numa missão diplomática do seu país, está expressamente acreditado junto do Governo e correspondente Ramo do país anfitrião, onde mantém residência permanente e/ou noutro país acreditador onde não é residente. O oficial que coadjuva as funções do Adido de Defesa, desde que igualmente acreditado junto das respetivas autoridades, é designado como **Adido Militar Adjunto** ou **Adido Adjunto**. Desde 2005 que Portugal apenas dispõe de Adidos de Defesa.

ARQUIVISTAS/AMANUENSES

Os Adidos de Defesa podem dispor nos seus gabinetes de Arquivistas/Amanuenses e/ou Tradutores/Secretárias para os coadjuvarem. A palavra **amanuense** provém do latim *amanuenses* que, por sua vez, deriva da expressão latina *ab manu* e que significa, “à mão”. Vulgarmente, considera-se Arquivista/Amanuense o escriturário do Gabinete do Adido de Defesa que manualmente

registra, processa, expede ou copia documentos utilizando meios informáticos para a realização desses atos administrativos.

DISPOSITIVO DOS ADIDOS DE DEFESA

De acordo com a Portaria anteriormente referida, Portugal conta atualmente com um total de 15 Adidos de Defesa e demais pessoal atribuído nos países indicados na Tabela em baixo. Os cargos são rotativos pelos Ramos com uma duração prevista de 3 anos.

	RESIDENTE	NÃO-RESIDENTE	ATUAL RAMO TITULAR	GABINETE
	Angola, Luanda	Namíbia, Windhoek Congo, Brazzaville RDC ³ , Kinshasa	COR (FAP)	Arquivista/Amanuense Sargento-ajudante (MAR)
	Alemanha, Berlim	Suécia, Estocolmo Noruega, Oslo Polónia, Varsóvia	COR (FAP)	Tradutor/a
	Argélia, Argel	Egito, Cairo Líbia, Trípoli	CMG (MAR)	Arquivista/Amanuense Sargento-chefe (MAR)
	Brasil, Brasília	Argentina, Buenos Aires Chile, Santiago Uruguai, Montevideu	COR (FAP)	—
	Cabo Verde, Cidade de Praia	—	COR (FAP)	—
	China, Pequim	—	CMG (MAR)	Tradutor/a
	Espanha, Madrid	Colômbia, Bogotá Peru, Lima Reino Unido, Londres	CMG (MAR)	Arquivista/Amanuense Sargento-chefe (FAP)
	EUA, Washington	Canadá, Ottawa	CMG (MAR)	Arquivista/Amanuense Sargento-chefe (EXE)
	França, Paris	Grécia, Atenas Países Baixos, Haia Itália, Roma	COR (FAP)	Secretária civil
	Guiné-Bissau, Bissau	Senegal, Dakar	COR (FAP)	Arquivista/Amanuense Sargento-chefe (FAP)
	Marrocos, Rabat	Tunísia, Tunes Mauritânia, Nouakchott	COR (FAP)	Arquivista/Amanuense Sargento-chefe (FAP)
	Moçambique, Maputo	África do Sul, Pretória	COR (EXE)	Arquivista/Amanuense Sargento-chefe (MAR)
	São Tomé e Príncipe, São Tomé	Gabão, Libreville Guiné-Equatorial, Malabo	CMG (MAR)	Arquivista/Amanuense Sargento-chefe (EXE)
	Timor-Leste, Díli	Austrália, Darwin Indonésia, Jakarta	COR (FAP)	Arquivista/Amanuense Sargento-chefe (EXE)
	Turquia, Ancara	Roménia, Bucareste Índia, Nova Deli	COR (EXE)	—

Dispositivo de Adidos Residentes e Não-residentes

ESTATUTO DIPLOMÁTICO

Os Adidos de Defesa gozam de estatuto diplomático, condição que lhes confere imunidade diplomática de acordo com a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, e o seu desempenho reveste-se de alguma complexidade, não só porque esse militar representa as Forças Armadas Portuguesas no estrangeiro, inserido no Corpo Diplomático de uma missão de Portugal em determinado país, mas também pelas múltiplas dependências – hierárquica, orgânica e funcional – inerentes ao cargo.

SELEÇÃO, INDIGITAÇÃO E NOMEAÇÃO

A seleção dos militares para funções de Adido de Defesa e Arquivistas/Amanuenses assenta num conjunto de requisitos que se prendem não só com a experiência em funções semelhantes, mas fundamentalmente com o domínio da língua inglesa, e desajavelmente também da língua oficial do país anfitrião, conhecimentos sobre o país de destino, bem como com um conjunto de características pessoais das quais se destaca a sociabilidade, a vocação para a diplomacia e para as relações interpessoais, o bom senso, um elevado sentido das responsabilidades e uma

conduta exemplar. Cabe aos Ramos procederem à seleção dos militares para funções de Adido de Defesa e Arquivistas/Amanuenses. O Ramo a que o militar pertence faz a sua indigitação para o respetivo cargo. Após a indigitação, a Direção de Recursos do EMGFA envia uma Proposta de Nomeação ao CEMGFA, que, por sua vez, remete o processo ao MDN e este ao MNE. A nomeação é posteriormente formalizada por portaria conjunta.

PREPARAÇÃO

Antes do início de tão importante comissão de serviço, o indigitado para um cargo de Adido de Defesa ou Arquivista/Amanuense é objeto de uma ação de preparação específica, vulgarmente designada por estágio, com vista à obtenção de novos conhecimentos e perícias necessários ao desempenho do cargo, bem como um prévio contacto com diferentes áreas e responsáveis com os quais se relacionará ao longo do exercício das funções.

ESTRUTURAS DE LIGAÇÃO

As seguintes estruturas existem para apoiar, orientar e dirigir o trabalho dos Adidos de Defesa:

- Gabinete de Ligação aos Adidos de Defesa e Militares (GLADM) no EMGFA;
- Divisão de Relações Externas do Estado-Maior da Armada (EMA);
- Divisão de Cooperação, Operações, Informações e Segurança do Estado-Maior do Exército (EME);
- Divisão de Operações do Estado-Maior da Força Aérea (EMFA).

O GLADM é a estrutura de ligação primária para os Adidos nacionais e estrangeiros e assegura a coordenação geral das atividades inerentes às funções que lhe são atribuídas. O GLADM está na direta dependência do Chefe do CISMIL de acordo com a LOEMGFA e a sua missão visa apoiar o CEMGFA na direção, orientação e relacionamento com os Adidos de Defesa Nacionais e respetivos Arquivistas/Amanuenses, bem como com os Adidos de Defesa e Militares Estrangeiros Residentes, Itinerantes e Não-residentes, a fim de assegurar a coordenação dos assuntos inerentes às atividades do pessoal diplomático militar nacional acreditado em países estrangeiros e do pessoal diplomático militar estrangeiro acreditado em Portugal.

RESPONSABILIDADES

O primeiro dever de um Adido de Defesa consiste em inspirar às autoridades dos países onde está acreditado um elevado conceito de honra, de dignidade, de cultura, de capacidade profissional e de respeito pelos valores da sociedade onde se encontra inserido e, bem assim, de conquistar a confiança e respeito das entidades com que se relaciona. Embora dispondo habitualmente de ampla liberdade, em algumas circunstâncias, não deixa de ser exigida uma atenção especial, observando as práticas usuais de hospitalidade, sem as quais o Adido de Defesa poderá perder a sua acreditação.

Compete aos Adidos de Defesa, no exercício das suas funções, representar Portugal e as Forças Armadas e manter contactos com as instituições militares do país anfitrião visando a troca de informações e a cooperação militar entre os dois Estados.

Cumpre-lhes, igualmente, apoiar os Embaixadores em questões da Defesa Nacional de natureza militar, informando as diversas autoridades nacionais sobre a eventual evolução nos domínios

da política, segurança e defesa dos países anfitriões e/ou acreditadores, mediando contactos com a indústria de armamento na perspetiva de contribuir para a identificação de oportunidades no âmbito da projeção externa das Indústrias Nacionais de Defesa, no âmbito mais alargado da Diplomacia Económica.

Os Adidos de Defesa acreditados nos países com os quais Portugal desenvolve uma cooperação de Segurança e Defesa estruturada, bem como em países onde se desenvolvem ações de cooperação Técnico-Militar, também têm atribuições e funções específicas nestas áreas.

Importa notar que as alterações verificadas no contexto internacional de Segurança e Defesa contribuíram para o alargamento das funções dos Adidos de Defesa. No âmbito da diplomacia internacional, para além das suas conhecidas responsabilidades, os Adidos de Defesa desenvolvem ações na área da segurança, no apoio a países em vias de democratização e em operações de apoio à paz e de gestão civil de crises. Mais recentemente, também têm vindo a desenvolver ações no âmbito da diplomacia económica, promovendo as indústrias nacionais de defesa.

CONCLUSÃO

As profundas alterações verificadas na última década no sistema internacional, caracterizadas pela crescente instabilidade e imprevisibilidade do contexto estratégico atual, pelo aumento da conflitualidade, pela crescente interdependência entre regiões e Estados, pela emergência de novas potências, destacando-se neste âmbito a crescente importância estratégica da Ásia, e pela reorientação estratégica dos Estados Unidos da América no campo da segurança, justifica, conforme se refere no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) de 2013, uma cuidada identificação dos cenários onde os interesses nacionais podem ser postos em causa e uma permanente avaliação dos mecanismos de resposta indispensáveis para os defender. O mesmo CEDN 2013 identifica, entre outros objetivos, a prossecução dos valores e interesses nacionais no âmbito da diplomacia para a realização da estratégia na vertente internacional.⁴

Os Adidos de Defesa Nacionais Acreditados no Estrangeiro são elementos essenciais para a consecução dos objetivos prosseguidos pelas Políticas e Estratégia Nacionais.

Pelas enormes responsabilidades de que são investidos, a seleção de Oficiais para o exercício destes cargos assume particular importância porquanto a sua atitude, caráter e desempenho profissional são determinantes para a preservação da dignidade, respeito, prestígio, honra e imagem de Portugal e defesa dos interesses do país.

Amaral Mota
CMG

Notas:

¹ Armand Emmanuel Sophie Septimanie de Vignerot du Plessis, 5º Duque de Richelieu (Paris, 25 de setembro de 1766 – Paris, 17 de maio de 1822).

² Daniel, CMG EMQ José, *O Papel dos Adidos de Defesa no Âmbito da Prossecução das Políticas de Defesa e Diplomática do Estado*, Trabalho de Investigação Individual (TII) do CPOG 2013/2014.

³ República Democrática do Congo.

⁴ Daniel, CMG EMQ José, *O Papel dos Adidos de Defesa no Âmbito da Prossecução das Políticas de Defesa e Diplomática do Estado*, Trabalho de Investigação Individual (TII) do CPOG 2013/2014.



NRP SINES

APRONTAMENTO FINAL

A construção nos estaleiros WEST SEA, de Viana do Castelo, pelo consórcio formado por esta empresa e pela EDISOFT, do NRP *Sines* e do seu navio irmão, o futuro NRP *Setúbal*, tem sido acompanhada pela Revista da Armada ao longo das suas diversas etapas. Após a flutuação na doca de construção, notícia publicada em julho de 2017, o navio foi rebocado para o cais de aprestamento, junto das instalações da EAF-NPO, onde o pré-aprestamento já efetuado nos blocos isolados e nos conjuntos montados na doca de construção passou à fase seguinte, a do aprestamento propriamente dito.

O planeamento da construção, nas suas vertentes de execução material e financeira, foi alvo de acompanhamento rigoroso ao longo de todo o projeto, permitindo o cumprimento dos prazos contratualmente estabelecidos. Assim, entre maio de 2017 e maio de 2018, decorreu um ano de intensa atividade a bordo, em que foram instalados os fixes dos pequenos equipamentos, os circuitos de encanamentos, os sistemas auxiliares, as máquinas de convés, o material de hotelaria, os espaços habitacionais, os sistemas elétricos, as redes de sinais eletrónicos, os equipamentos da ponte, os forros e os isolamentos e os demais elementos construtivos constantes do projeto. Na prática, a condução de provas foi um assunto permanente, correndo em paralelo com a construção, começando logo desde o início com as permanentes inspeções visuais de acompanhamento da boa execução das montagens.

Os trabalhos preparatórios para as provas de mar consistiram, por um lado, dos testes e provas a todos os sistemas que teriam necessariamente que se encontrar a funcionar de forma a que o navio pudesse operar como um todo, e, por outro lado, da afinação de toda a documentação, compilada nos verbetes de provas, fundamental para garantir que seriam efetuadas todas as provas de mar contratualmente previstas, que os dados obtidos seriam recolhidos e armazenados em segurança e que seriam convocadas todas as entidades empenhadas e com responsabilidades nos processos a montante. A própria organização da habitabilidade, hotelaria e segurança do pessoal a bordo teve de ser acautelada, e o planeamento das provas que ser discutido e afinado. O navio foi docado e alvo de pinturas gerais antes das provas de mar, conforme se encontrava previsto contratualmente.

As provas de mar do futuro NRP *Sines* foram iniciadas através de testes e simulações de baixa potência, efetuadas com o navio ainda atracado. Paralelamente, decorriam todas as operações logísticas necessárias para abastecer o navio de combustível, víveres e demais consumíveis, e de integrar nos aspetos essenciais de segurança e de procedimentos as 86 pessoas que iriam embarcar (quase o dobro da guarnição normal de 44 elementos), implicando no conhecimento básico do navio e das regras de segurança a respeitar, quer em navegação normal quer em caso de emergência. Foram distribuídos coletes de salvação individuais, identificados os postos e a sinalização de abandono e foi feito um *briefing* de segurança versando os procedimentos em caso de acidente, homem ao mar, incidente a bordo (incêndio ou alagamento), bem como a atribuição de alojamentos e infor-



O futuro NRP *Sines* em doca seca para pinturas gerais antes das provas de mar.



O NRP *Sines* à saída de Viana do Castelo para iniciar provas de mar.

mação sobre os horários a praticar a bordo. Foram também distribuídos cartões individuais de detalhe. Falamos da tripulação contratada para operar o navio (9 pessoas), cozinheiros (3), técnicos de provas do CWSE (13), mecânicos do estaleiro (7), eletricitistas do estaleiro (6), técnicos de encanamentos do estaleiro (7), técnicos de empresas fornecedoras de equipamentos e sistemas (16), técnicos da sociedade classificadora (2), elementos da Equipa de Acompanhamento e Fiscalização da Marinha (10), elementos da futura guarnição do navio (11) e representantes da seguradora (2).

As provas, propriamente ditas, decorreram em regime contínuo seguindo uma *checklist* instituída para este tipo de meios, surgindo algumas inconformidades que seriam corrigidas. Algumas das questões em aberto decorreram de trabalhos incompletos e outras verificaram-se em funcionamento, em circunstâncias impossíveis de prever antes das provas. Ficou assim um enorme volume de trabalho a desenvolver, em paralelo com as atividades de treino próprio do navio, mantendo-se até ao final um intenso ritmo de trabalho na construção. Regista-se que não se verificaram dificuldades passíveis de condicionar o normal desenrolar do programa, nomeadamente no que respeita a prazos e custos.

RECEÇÃO DO NAVIO E ENTREGA DE COMANDO

A cerimónia de entrega de comando e receção do NRP *Sines*, terceiro Navio Patrulha Oceânico da classe *Viana do Castelo*, teve lugar no dia 6 de julho, com o navio atracado nos Estaleiros do Consórcio West Sea/Edisoft, em Viana do Castelo. A entidade que presidiu à cerimónia foi o Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, ALM Mendes Calado.

Imediatamente antes da cerimónia, procedeu-se à assinatura do Auto de Receção Provisória do NPO3, pelo ALM CEMA e AMN, em representação do Estado Português, pelo representante da West Sea e pelo representante da Edisoft, na sala de reuniões da administração do Consórcio.

Após esta formalidade da entrega do navio à Marinha, o ALM CEMA e AMN dirigiu-se para bordo para dar início à cerimónia de aumento ao efetivo, passagem ao estado de armamento e entrega de comando do NRP *Sines*.

A cerimónia a bordo do NRP *Sines* iniciou-se com a leitura dos diplomas de aumento ao efetivo dos navios da Armada e passagem ao estado de armamento e, posteriormente, a nomeação da CTEN Mónica Alexandra Pereira Martins como Comandante do navio.

Imposto o distintivo de comando, de seguida foi a Bandeira Nacional escoltada até junto do Almirante CEMA e AMN, que a entregou à primeira Comandante do navio, CTEN Pereira Martins. A Bandeira Nacional foi içada, pela primeira vez, a bordo do NRP *Sines*, tendo-lhe sido prestadas as devidas honras ao som do Hino Nacional.



Entrega do distintivo de comando

A Comandante Mónica Alexandra Pereira Martins nasceu em 21 de dezembro de 1976, ingressou na Escola Naval em outubro de 1994, tendo sido promovida a Guarda-marinha em 1 de outubro de 1999. Foi promovida ao atual posto em 1 de outubro de 2010.

Especializou-se em Piloto de helicópteros, em 2006, tendo ainda frequentado vários cursos de aperfeiçoamento na área de operações navais, na área da aviação e o Curso de Promoção a Oficial Superior.

No mar, desempenhou funções de Oficial de Quarto à Ponte nos NRP *João Roby* e *Vasco da Gama*; ocupou os cargos de Chefe do Serviço de Operações e Adjunta do Imediato para a Gestão do Pessoal no NRP *João Roby*, de Adjunta do Chefe do Serviço de Navegação e Chefe das Equipas de Abordagem no NRP *Vasco da Gama*. Como Piloto de Helicópteros desempenhou funções de Adjunta do Chefe do Serviço de Helicópteros nos NRP *Álvares Cabral* e *Corte Real*, e de Chefe do Serviço de Helicópteros nos NRP *Vasco da Gama* e *D. Francisco de Almeida*; foi Comandante do Destacamento de Helicópteros “Fenix Flight” em 2010 e 2011; pertenceu por diversas ocasiões às equipas de avaliação durante os planos de treino, na qualidade de avaliadora



Cerimónia à bandeira

Fotos: SAI A Ferreira Dias

No final da cerimónia, o ALM CEMA dirigiu algumas palavras à primeira guarnição do NRP *Sines*, realçando o orgulho que para ele representa estar presente na cerimónia de entrega do terceiro NPO, uma vez que foi um projeto idealizado em Portugal e construído nos estaleiros de Viana do Castelo.

Dia 6 de julho de 2018 torna-se assim uma data importante para a Marinha Portuguesa, pelo aumento ao efetivo desta nova unidade naval, cuja guarnição tem como lema “A pátria honramos”.



da área da aviação; pertenceu ao *staff* da Força Naval Portuguesa. Participou em diversas operações, nomeadamente, na Operação *Tarrafo*, na República da Guiné-Bissau, em 1999; na Operação *Active Endeavour*, integrando a Força Naval Permanente da NATO no combate ao terrorismo no Mediterrâneo Oriental, em 2002 e 2003; e na Operação *Ocean Shield*, integrando a Força Naval Permanente da NATO no combate à pirataria na costa da Somália e Golfo de Aden, em 2009/2010 e 2011.

Em terra desempenhou funções, na Esquadilha de Helicópteros, de Chefe do Centro de Comunicações, Chefe da Secção de Doutrina e Publicações Aeronáuticas, Chefe da Secção de Apoio às Operações de Voo e, de 2013 a 2017, de Chefe do Gabinete de Prevenção de Acidentes Aéreos; no Comando Naval, de 2017 a 2018, de Chefe da Secção de Protocolo.

Em dezembro de 2017 foi indigitada para Comandante do futuro NRP *Sines*. Em 6 de julho de 2018 recebeu o comando do NRP *Sines*, sendo a primeira comandante do terceiro Navio de Patrulha Oceânico.

CERIMÓNIA DE BATISMO

A cerimónia de batismo do NRP *Sines* teve lugar no dia 20 de julho de 2018, nos Estaleiros do Consórcio West Sea/Edisoft, em Viana do Castelo. A cerimónia foi presidida pelo Primeiro-Ministro, António Costa, estando ainda presentes: o Ministro da Defesa Nacional José Azeredo Lopes, o Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo José Maria Costa, o Chefe do Estado-Maior da Armada Almirante Mendes Calado, o Presidente da Câmara de Sines Nuno Mascarenhas, entre diversas entidades militares e civis. A cerimónia iniciou-se com o discurso do representante do Consórcio WestSea/Edisoft, Carlos Martins, de seguida fez uso da palavra o Almirante CEMA e AMN e terminou com a alocução do Primeiro-Ministro. Todos os oradores foram unânimes em relação à importância da construção destes navios em Portugal, quer como meios indispensáveis à Marinha e ao país quer como relevante contributo para a investigação, economia e indústria nacionais, tendo o Primeiro-ministro reiterado que o processo dos seis NPO em falta vai avançar, tal como a construção do Navio Polivalente Logístico, processos a serem considerados na revisão da Lei de Programação Militar.

A cerimónia prosseguiu com a bênção do navio pelo capelão Santos Oliveira, que salientou o significado deste importante momento. Seguidamente, realizou-se o tradicional batismo, pela madrinha Fernanda Maria Gonçalves Tadeu, com o partir da garrafa na amura do navio: “Batizo este navio com o nome de *Sines* e desejo à sua guarnição as maiores felicidades. Faço votos para que navegue sempre em águas safas, servindo a Marinha e Portugal, e regressando em segurança à sua base”. Seguiu-se o Hino da Marinha, entoado pela Banda da Armada.

A guarnição entrou a bordo ao som da “Marcha dos Marinheiros” e formou no convés de voo para prestar honras à Bandeira Nacional. No final da cerimónia da Bandeira, todos os convidados entraram a bordo, tendo o Primeiro-Ministro e a madrinha assinado o Livro de Honra do Navio, seguindo-se um “Porto de Honra” com todos dos convidados.

Terminado o “Porto de Honra” as entidades presentes foram convidadas a fazer uma visita a bordo, onde lhes foram realçadas a qualidade e as capacidades do navio.



Guarnição em formatura



Entidades convidadas



Assinatura do livro de honra

Fotos: ISAR ETC Silva Parracho

DO ESTALEIRO À BNL

Foi no passado dia 4 de junho de 2018 que a futura guarnição do NRP *Sines*, rumou à cidade de Viana do Castelo, onde se iniciou a formação específica e adaptação aos sistemas e equipamentos do navio.

Com a assinatura do Auto de Receção Provisória do navio, a guarnição pôde finalmente instalar-se a bordo no dia 6 de julho e deu início aos testes de aceitação e aprontamento do navio para a realização do Plano de Treino de Segurança (PTS), de forma a viabilizar a navegação até à BNL.

Na semana de PTS (23 a 27 de julho) uma equipa de dez militares da Equipa de Avaliação do Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval esteve a bordo, com o objetivo de treinar e assegurar as condições de segurança do navio nas diversas áreas do navio, como a Limitação de Avarias, a segurança para navegar e a navegação.

Até ao início de setembro decorrem ainda trabalhos a bordo que, por contrato, são a finalização da entrega de bens e serviços por parte do Consórcio. Importa referir o inestimável apoio com que a guarnição do NRP *Sines* contou, desde o primeiro momento, por parte da Equipa de Acompanhamento e Fiscalização dos Navios de Patrulha Oceânicos, liderada pelo CMG ECN Moreira Guerreiro.

No dia 2 de agosto, pelas 06h45, o navio largou cabos, despedindo-se de Viana do Castelo, tendo aproveitado o trânsito para efetuar treino da guarnição.

O NRP *Sines* fundeou em Cascais à hora do pôr do sol de dia 3, para treinar o fundear e suspender e fazer os preparativos para o dia seguinte, dia da primeira atracação na BNL. Eram 07h51 quando o navio suspendeu no dia 4 de agosto, numa manhã de sol radiante, mar chão e vento de feição.

Foi com enorme alegria e emoção, de todos os elementos da guarnição, que o navio atracou no cais 3, pelas 10h00 de dia 4 de agosto, ao som dos apitos de sereia dos navios da esquadra que se encontravam atracados na BNL.

À chegada do navio encontravam-se no cais o Comandante Naval, VALM Gouveia e Melo, acompanhado pelo Comandante da Esquadilha de Navios de Superfície, CMG Diogo Arroiteia, o Comandante da BNL, CMG Proença Mendes, Comandantes dos navios e as famílias da guarnição. A Marinha ganha assim uma Unidade Naval, que se irá juntar ao dispositivo naval padrão assim que terminar o próximo desafio, o Plano de Treino Operacional.

Colaboração do **COMANDO DO NRP SINES**

ENTREGAS DE COMANDO/TOMADAS DE POSSE

SUPERINTENDENTE DO MATERIAL

No dia 5 de julho, o CALM Coelho Cândido assumiu o cargo de Superintendente do Material, numa cerimónia presidida pelo CEMA e AMN, ALM Mendes Calado, que teve lugar na Casa da Balança, nas Instalações Centrais de Marinha.

Na sua alocução, o empossado dirigiu as primeiras palavras ao ALM CEMA e AMN, a quem agradeceu a presidência da cerimónia e manifestou o seu apreço e reconhecimento pela confiança nele depositada para o desempenho das funções de Superintendente do Material.

Considerando que todas as áreas que integram o ciclo de vida do material constituem um pilar fundamental para a sustentação da Visão do ALM CEMA e AMN «*Uma Marinha pronta e prestigiada, ao serviço de Portugal e da segurança coletiva*», o novo Superintendente do Material salientou que as oportunidades existentes, aliadas a uma guarnição altamente competente, qualificada e motivada, permitem encarar com confiança o cumprimento da missão da Superintendência, através da utilização eficaz e eficiente dos recursos disponíveis, assegurando níveis de elevada prontidão operacional e sustentabilidade, com base numa gestão Rigorosa, Resiliente e Robusta. Nessa perspetiva, definiu as principais linhas de ação que devem nortear a atividade do setor, tendo ainda identificado os principais desafios com que a Superintendência do Material se depara.

Assim, elegeu como prioritário o contributo do setor para a robustez do Plano Integrado da Marinha, mantendo fluidos e operativos os canais de comunicação e a colaboração intersectorial, salientou a obrigatoriedade do controlo de todas as fases do ciclo de vida dos materiais, desde a conceção ao abate, identificando áreas a melhorar, antecipando situações de obsolescência logística e procurando soluções criativas e inovadoras. Referiu também, com particular importância, a gestão dos programas em curso e a aplicação dos recursos financeiros da LPM, bem como o acentuado défice de manutenção na esquadra, circunstâncias que estimulam a parceria estratégica com a Arsenal do Alfeite, SA e a identificação de fontes de financiamento supletivas, em parceria permanente com o Estado-Maior da Armada.

Como principais desafios, o CALM Coelho Cândido identificou, na área do abastecimento, a implementação do Apoio Logístico Integrado, a celebração de acordos logísticos com Marinhadas ami-



Foto: ISAR ETC Silva Parracho

gas ou com a NATO e o incremento do controlo de qualidade na área do fardamento. No âmbito das infraestruturas, realçou a necessidade de identificar e priorizar as intervenções urgentes e reduzir o grau de ambição dos projetos e, em relação aos transportes, foi dada ênfase ao acompanhamento de condição do parque automóvel, em estreita ligação com os utilizadores, analisando e avaliando o nível de terceirização mais adequado.

Seguidamente, o ALM CEMA e AMN estabeleceu as prioridades para o Superintendente do Material: no domínio genético, dar continuidade ao programa de construção dos seis navios de patrulha oceânica em falta no sistema de forças, a par do acompanhamento da construção dos NPO 3 e 4 e da conclusão do programa de reativação dos cinco navios de patrulha costeira da classe Tejo; no domínio estrutural, fortalecer o apoio à AMN e a cooperação com parceiros nacionais e internacionais e recorrer às Tecnologias de Informação para melhorar a eficiência organizacional e a otimização processual; no domínio operacional, maximizar a disponibilidade dos recursos do material.

O ALM CEMA e AMN terminou a sua alocução com um sentimento de confiança nas capacidades do Superintendente do Material, bem como na qualidade e motivação que anima todos os que prestam serviço na Superintendência do Material e nas unidades subordinadas.

O CALM António Manuel de Carvalho Coelho Cândido tem 57 anos de idade e 39 anos de serviço, sendo licenciado em Ciências Militares Navais, Curso de Marinha.

Iniciou a sua carreira como oficial imediato do *NRP Cuanza* e, depois de concluir a especialização em Eletrotécnica, exerceu o cargo de Chefe do Serviço de Armas e Eletrónica, no *NRP Comandante Roberto Ivens*.

Após frequência, nos EUA, de cursos dos sistemas de armas das fragatas classe *Vasco da Gama*, embarcou na *Álvares Cabral* (1991/1994) e na *Vasco da Gama* (1996/1998).

De 1999 a 2001 comandou o *NRP João Roby*, tendo efetuado, entre outras, duas comissões de 4 meses na Zona Marítima dos Açores e uma missão de fiscalização no Atlântico Norte, no âmbito da *North East Atlantic Fisheries Commission*.

Em terra foi Chefe do Serviço de Armas e Eletrónica da Esquadilha de Escoltas Oceânicos e, na Direção de Navios, chefiou as Divisões de Sistemas de Detecção e Navegação e de Sistemas de Comunicações, Comando e Controlo.

Em dez2003 foi nomeado Adjunto do Capitão do Porto de Lisboa, cargo que ocupou até mar2006. De mai2006 a out2009, desempenhou as funções de Comandante da Zona Marítima da Madeira, Chefe do Departamento Marítimo da Madeira, Capitão do Porto do Funchal, Capitão do Porto de Porto Santo e Comandante Regional e Local da Polícia Marítima.

Em out2011 assumiu as funções de Chefe do Departamento Marítimo do Centro, Capitão do Porto de Lisboa e Comandante Regional e Local da Polícia Marítima, cargos que desempenhou até ser nomeado Comandante da Zona Marítima dos Açores e Chefe do Departamento Marítimo dos Açores, cargo que exerceu de jul2014 a out2015. De 19nov2015 a 2jul2018 exerceu as funções de Diretor do Instituto Hidrográfico.

Possui, entre outros, os Cursos Geral e Complementar Naval de Guerra, o Curso de Tática e Operações Navais, o Curso de Planeamento Civil de Emergência, o Curso de Defesa Nacional e o Curso de Promoção a Oficial General.

Da sua folha de serviço constam diversos louvores e condecorações.

DIRETOR DE SAÚDE

No dia 26 de julho, o CMG MN Luís Bronze Carvalho assumiu o cargo de Diretor de Saúde, numa cerimónia presidida pelo Vice-Chefe de Estado-Maior da Armada, Almirante Novo Palma.

Na sua alocução, em cerimónia onde estiveram presentes Oficiais Médicos de todos os ramos das Forças Armadas, o novo Diretor de Saúde relevou a importância da Saúde Naval no contexto operacional da Marinha. Valorizou, ainda, o contributo que a Saúde Naval tem prestado no contexto do Sistema de Saúde Militar.

O CMG MN Luís Bronze Carvalho nasceu em Azeitão, concelho de Setúbal. É licenciado pela Faculdade de Medicina de Lisboa, especialista em Cardiologia pelo Hospital de Santa Cruz, possui o Grau de Consultor da Carreira Hospitalar de Cardiologia, é Doutorado em Medicina/Cardiologia pela Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Nova de Lisboa e é Professor Auxiliar de Medicina, bem como Coordenador do Bloco Cardiocirculatório, Mestrado Integrado de Medicina, Universidade da Beira Interior.

Do seu currículo operacional, destacam-se embarques como Chefe do Serviço de Saúde no NRP *João Roby* (1990/1991), *António Enes* (1995), *Pereira d'Eça* (1995), *Álvares Cabral* (1998) – STANAVFORLANT- Força NATO e NRP *Vasco da Gama* (1999/2000) – INTERFET/TIMOR LESTE.

Exerceu vários cargos no decorrer da sua carreira, entre os quais: Cardiologista do Hospital da Marinha até 2005; Cardiologista e Chefe do Departamento de Cuidados de Saúde Primários do Centro de Medicina Naval entre 2005 e 2009; Subdiretor do Centro de Medicina Naval entre 2010 e 2011; Presidente da Junta



Foto: ISAR ETC/Silva Parracho

de Recrutamento e Seleção e responsável pelo Serviço de Cardiologia da Unidade de Santa Clara, do Polo de Lisboa, do Centro Hospitalar das Forças Armadas, entre 2011 e 2012; Diretor do Serviço de Cardiologia e do Departamento de Ensino e Formação do Hospital das Forças Armadas – Polo de Lisboa, desde setembro de 2012 a setembro de 2014; Chefe da Repartição de Logística e Operações Sanitárias da Direção de Saúde Naval de setembro de 2014 a setembro de 2015 e, finalmente, Diretor do Polo de Lisboa do Hospital das Forças Armadas entre outubro de 2016 e julho de 2018.

Foi agraciado com vários louvores e condecorações. É casado e tem três filhos.

DIRETOR DE PESSOAL

No dia 29 de agosto, em cerimónia presidida pelo Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada (VCEMA) e Superintendente do Pessoal (SP), VALM Novo Palma, nas Instalações Navais de Alcântara, realizou-se a tomada de posse do Diretor de Pessoal (DP), CMG Chaves Ferreira.

Na sua posse, o novo DP agradeceu a confiança em si depositada, afirmando que a sua ação será centrada nas pessoas, tendo por referência os valores da Marinha e os princípios do Sistema de Gestão de Recursos Humanos da Marinha (SGRHM). Destacou a relevância da motivação para atingir os objetivos setoriais do pessoal, identificando os cinco fatores que considerou mais relevantes: formação e valorização do pessoal; melhoria das condições no cumprimento da missão; partilha da informação relevante; transparência nos processos de colocação do pessoal; reconhecimento da competência e dedicação.

Terminou com a certeza na chegada a um bom porto "... por muitas tempestades que possam surgir no horizonte, porque a nossa guarnição é constituída por homens e mulheres com alma marinheira, habituados a fazer das fraquezas as suas forças. Somos e seremos sempre marinheiros e se não o fossemos, outra coisa não quereríamos ser!"

Na sua alocução, o VALM VCEMA e SP elogiou o desempenho do diretor cessante e felicitou o novo diretor, referindo as suas qualidades e competências. Relevou os princípios de atuação do setor para atrair pessoas, valorizar as carreiras e capacitar a inovação e a mudança na Marinha, elencando o quadro de valores estabelecidos, a disciplina, a lealdade, a honra, a integridade e a coragem. Referiu que o setor assenta em procedimentos sólidos, conforme atesta a renovação da certificação do SGRHM de acordo com o normativo nacional, partilhando uma mensagem de confiança e esperança no futuro.

O CMG Nuno Chaves Ferreira nasceu em Lisboa, tem 54 anos de idade e 34 anos de serviço, tendo sido promovido ao atual posto em 1 de março de 2009.



Concluiu a licenciatura em Ciências Militares Navais em 1987 e especializou-se em Comunicações. Possui, entre outros, os cursos Geral Naval de Guerra, de Promoção a Oficial General, a licenciatura em Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa e frequente, atualmente, o doutoramento em Relações Internacionais. No mar desempenhou cargos em várias unidades navais, destacando-se os comandos do NRP *Limpopo*, do NRP *Honório Barreto* e do NRP *Augusto Castilho*. Em terra, exerceu funções de Ajudante de Ordens do Almirante CEMA e, posteriormente, de Ajudante de Campo do Almirante CEMGA. Foi oficial do EMA, professor na Escola Naval e chefiou a Divisão de Recursos do EMA, tendo sido ainda Chefe dos Gabinetes do VCEMA e do DGAM. Exerceu funções de Adjunto do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, no MDN, e do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, no MNE. Esteve colocado na Representação Permanente de Portugal junto da U.E. Recentemente, foi assessor para as relações internacionais e Chefe de Gabinete da Ministra do Mar.

Da sua folha de serviços constam vários louvores e condecorações.

O PATRIMÓNIO CULTURAL SUBAQUÁTICO

Parte II

O REGIME DA CONVENÇÃO DE PARIS

PRINCÍPIOS E PREMISSAS

Como enunciámos no artigo anterior, foi a Convenção de Paris de 2001 que consagrou, em definitivo, a importância matricial do estudo e regulação do património cultural subaquático (PCS), bem como a definição de um quadro jurídico internacional que pudesse responder a todo o impacto que determinadas actividades de exploração – muitas das quais legítimas – induzem, ainda que de forma não intencional, sobre este património histórico. Mas, sobretudo, a Convenção marcou um momento essencial na forma como se devem procurar sistemas cooperativos e formas de colaboração entre todos os protagonistas e actores, sejam públicos ou privados, que se movem no âmbito do PCS, nos quais se incluem desde entidades de cariz científico e organizações internacionais, até associações profissionais, universidades e académicos, arqueólogos, exploradores, armadores, mergulhadores e empresas de exploração comercial e de *salvage*.

Foi, também, na procura de uma definição sistémica e objectiva o necessário do que é o PSC, que a Convenção marcou igualmente a sua importância histórica, bem como na expressa estatuição de que a preservação *in situ* deste património será considerada uma opção prioritária antes de sobre ele ser autorizada ou iniciada qualquer intervenção, princípio que define bem a importância histórica de uma adequada política internacional de protecção, de rigor cultural e de preservação.

Estabelece a alínea a), do nº 1, do artigo 1º, que “*património cultural subaquático significa todos os vestígios da existência do homem de carácter cultural, histórico ou arqueológico que se encontram parcial ou totalmente, periódica ou continuamente, submersos, há, pelo menos, 100 anos, nomeadamente: i) sítios, estruturas, edifícios, artefactos e restos humanos, bem como o respectivo contexto arqueológico natural; ii) navios, aeronaves e outros veículos, ou parte deles, a respectiva carga ou outro conteúdo, bem como o respectivo contexto arqueológico e natural; e iii) artefactos de carácter pré-histórico.*”¹

Há, no quadro normativo da Convenção, um claro propósito em sublinhar a utilidade primordial de se promoverem políticas de cooperação e de intervenção conjunta, quer ao nível da multilateralidade quer em âmbito bilateral, indício claro que resultou da necessidade – a que já aludimos na Parte I desta matéria – de no processo dos trabalhos preparatórios se terem tentado encontrar pontos de convergência e mecanismos de equilíbrio entre as várias teses existentes. Tal propósito é claro e expresso nos nºs 2 e 4 do artigo 2º, nos nºs 1 e 3 do artigo 6º, nos nºs 3 e 6 do artigo 10º, bem como no artigo 19º.

A Convenção de Paris enuncia duas salvaguardas que têm uma importância específica muito acentuada no âmbito da sua própria aplicabilidade: a) a ressalva, no artigo 3º, da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), estatuidando-se que “*nada na presente Convenção afectará os direitos, a jurisdição e os deveres dos Estados*

decorrentes do direito internacional, incluindo a CNUDM. A presente Convenção será interpretada e aplicada no contexto e em conformidade com o direito internacional, incluindo a CNUDM”²; b) a salvaguarda, expressa no artigo 4º, dos pressupostos desta Convenção (Paris) face às leis de salvados (*salvage laws*) ou achados, evitando-se assim que exista uma desconcertação dos princípios estabelecidos nesta Convenção quanto ao PCS em detrimento de intervenções e operações enquadradas por regimes reguladores de salvação e recuperação de salvados³.

O PRESSUPOSTO DOS ACORDOS. O REGIME

Numa matéria que envolve especiais características jurídico-patrimoniais respeitantes ao foro soberano dos Estados, todo o quadro regulador dos acordos bilaterais assume particular importância, a qual, por variadas vezes, foi acentuada nos trabalhos de plenário que conduziram, em 2001, à aprovação da Convenção de Paris. O artigo 6º trata, em especial, de acordos bilaterais e regionais ou outros acordos multilaterais, induzindo, mesmo, que os mesmos sejam exarados entre Estados. De facto, estatui o seu nº 1 que: “*Os Estados Partes são encorajados a celebrar acordos bilaterais e regionais, ou outros acordos multilaterais, ou a aprofundar os acordos já existentes para fins de preservação do património cultural subaquático. Todos estes acordos deverão estar em plena conformidade com a presente Convenção, não lhe retirando o carácter universal. Os Estados poderão, no âmbito de tais acordos, adoptar regras e regulamentos que garantem melhor protecção do património cultural subaquático do que os previstos na presente Convenção.*”, acrescentando o nº 2 que: “*As Partes nos referidos acordos bilaterais, regionais ou noutros acordos multilaterais podem convidar os Estados com interesse legítimo, especialmente de natureza cultural, histórica ou arqueológica, no património cultural subaquático em questão a aderir a tais acordos.*”

Procurando a justificação conceptual que consta expressa nas disposições preambulares do texto da Convenção, e todo o enquadramento das questões de propriedade, é útil, por exemplo, avaliar o tipo e a importância do património que estava em causa no caso do Estado de Omã (navio português naufragado⁴, cuja problemática foi suscitada em 2016), podendo até ser expectável que o quadro patrimonial cultural possa não se resumir ao navio em questão; ora, o estatuído no artigo 6º seria, obviamente, a via primordial de aproximação ao Estado de Omã para que pudesse existir uma intervenção reforçada – em especial do ponto de vista histórico-cultural e científico – naquele património subaquático. Isto, mesmo considerando que o Estado de Omã não ratificou a Convenção da UNESCO, mas considerando-se, de toda a maneira, que esta é uma via formal de relacionamento inter-Estados quando possam existir objectivos bilaterais a desenvolver em interesse comum, como claramente parecia, e parece, ser o caso.



No caso de PCS ser encontrado em águas territoriais de outro Estado, o princípio estatuído na Convenção consta do artigo 7º, cujo nº 1 estatui que: “No exercício da sua soberania, os Estados Partes gozam do direito exclusivo de regulamentar e autorizar as intervenções sobre o património cultural subaquático nas suas águas interiores e arquipelágicas e no seu mar territorial.”, o que faz incidir nesta matéria um dos pressupostos materiais do direito do mar, acentuando-se, assim, a importância da ressalva do artigo 3º. O nº 3 do preceito expressa que: “No exercício da sua soberania e de acordo com a prática geral observada entre Estados, os Estados Partes, tendo em vista cooperar no sentido da adopção dos melhores métodos de protecção dos navios e das aeronaves de Estado, deverão informar o Estado de pavilhão Parte na presente Convenção e, sendo caso disso, os outros Estados com interesse legítimo, especialmente de natureza cultural, histórica ou arqueológica, se ocorrer a descoberta de tais navios ou aeronaves nas suas águas arquipelágicas ou no seu mar territorial.”

No caso do navio português naufragado, se o Estado de Omã fosse parte na Convenção⁵, teria, desde logo, com este enquadramento jurídico-internacional, um conjunto de especiais obrigações a cumprir, designadamente deveres para com o Estado de pavilhão identificado como sendo o originário do património subaquático em questão. Deve referir-se, ainda assim, que o princípio genérico de cooperação entre Estados, definido na prossecução da protecção deste tipo de património como sendo “(...) parte integrante do património cultural da humanidade, elementos particularmente importantes na história dos povos(...)”, deve encarar-se como uma base programática própria do direito internacional comum, independentemente da assinatura e ratificação de convenções em particular, pelo que deveria ser encontrado neste âmbito um princípio de entendimento entre os Estados.

Há um preceito – pouco comentado e analisado, diga-se – da Convenção de Paris que tem especial importância no quadro regulador das obrigações dos Estados-bandeira; de facto, no seguimento do definido matricialmente nos artigos 91º e 94º da CNUDM, estatui o artigo 16º da Convenção que os Estados Partes devem tomar todas as medidas para que os navios neles registados e que arvoem a sua bandeira não pratiquem ilícitos em matéria de PCS, o que implicaria, eventualmente, tornar mais conhecido o regime da Convenção, alertando-se, em especial, para o quadro sancionatório que resulta dos seus artigos 17º e 18º, e que pode levar à apreensão de elementos de património recuperados ilegalmente, sem prejuízo da intervenção em termos de polícia e polícia criminal que a actividade predatória de recursos patrimoniais induz.

No âmbito da legislação enquadradora da actividade da Autoridade Marítima, foi previsto, na reforma de 2002, um preceito específico – na alínea d), do nº8, do artigo 13º, do Decreto-Lei nº 44/2002, de 2 de Março –, o qual estatui que compete às Capitánias dos Portos, e no aplicável à Polícia Marítima, “Fiscalizar e

promover as medidas cautelares que assegurem a preservação e defesa do património cultural subaquático, sem prejuízo das competências legalmente atribuídas a outros órgãos de tutela”, normativo que deve ser conjugado com o estabelecido nos nºs 1 e 2 do artigo 12º, e nº 2 do artigo 21º, ambos do Decreto-Lei nº 164/97, de 27 de Junho⁶.

Não cabe aqui, também pelo espaço destinado a este formato de artigos, expor e comentar todo o articulado da Convenção. Mas a Convenção de Paris, pelo exponencial impacto internacional que teve a sua formulação e publicação, marcou um momento histórico de extrema relevância em termos culturais, históricos e arqueológicos. Como ela própria define no nº 3, do seu artigo 2º, como um dos seus princípios estruturais, “os Estados Partes preservarão o património cultural subaquático em benefício da humanidade, em conformidade com as disposições da presente Convenção”, constituindo-se, pois, um instrumento de defesa patrimonial extraordinariamente relevante.



Dr. Luís da Costa Diogo
Diretor Jurídico da DGAM

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico

Notas:

¹ A Convenção define, ainda no artigo 1º, que “navios e aeronaves de Estado significa os navios de guerra e outros navios ou aeronaves pertencentes a um Estado ou por ele operados e utilizados, aquando do seu afundamento, exclusivamente para fins públicos não comerciais, que se encontrem devidamente identificados como tal e estejam incluídos na definição de património cultural subaquático”, preceito que visou instituir, neste âmbito, um conceito jurídico internacional regulador destes navios, questão que tem impacto até ao nível da caracterização das imunidades soberanas.

² Este normativo tem impacto directo na forma como os artigos 7º a 11º da Convenção de Paris estão redigidos e devem ser interpretados, evitando-se, desta forma, que pudesse existir – ainda que indirectamente – tentativas de redefinição das obrigações internacionais dos Estados no âmbito dos espaços marítimos sobre os quais a CNUDM estatui que detêm soberania ou jurisdição. A CNUDM é, pois, mesmo neste âmbito, a estrutura normativa matricial, cujos pressupostos jurídicos devem ser sempre observados.

³ A menos que, como a própria Convenção enuncia, uma tal intervenção de *salvage* seja, cumulativamente, autorizada pelas autoridades competentes, que esteja em conformidade com o definido no seu articulado, e que, ainda, “garanta a protecção máxima do PCS durante qualquer operação de recuperação”.

⁴ O navio foi encontrado numa baía de uma ilha situada a 24 milhas a sul do território continental do Estado de Omã, e pertencente àquele Estado, portanto, presumivelmente, em águas territoriais daquele país. Ver desenvolvimentos que comentámos na crónica “O património cultural subaquático. Casos de estudo sobre navios portugueses e espanhóis. O caso de Omã. Contributos para uma reflexão”, Anais do CMN, SET2018.

⁵ Como se verificou supra, não é Estado Parte no convénio.

⁶ Que aprovou o regime legal interno do património cultural subaquático, bem como regula os trabalhos arqueológicos subaquáticos e os achados fortuitos.

JURAMENTOS VITALÍCIOS

Todos os oficiais da Marinha prestam juramento de bandeira perante a Bandeira Nacional, em cerimónia pública, mediante a fórmula «Juro, como português(a) e como militar, guardar e fazer guardar a Constituição e as leis da República, servir as Forças Armadas e cumprir os deveres militares. Juro defender a minha Pátria e estar sempre pronto(a) a lutar pela sua liberdade e independência, mesmo com o sacrifício da própria vida.»



DR

Os médicos navais estão ainda sujeitos ao Juramento de Hipócrates. Em outubro de 2017, a Associação Médica Mundial aprovou um novo texto, fazendo jus à sociedade atual. O novo juramento tem a seguinte redação:

«Como membro da profissão médica:

- Prometo solenemente consagrar a minha vida ao serviço da humanidade;
- A saúde e o bem-estar do meu doente serão as minhas primeiras preocupações;
- Respeitarei a autonomia e a dignidade do meu doente;
- Guardarei o máximo respeito pela vida humana;
- Não permitirei que considerações sobre a idade, doença ou deficiência, crença religiosa, origem étnica, sexo, nacionalidade, filiação política, raça, orientação sexual, estatuto social ou qualquer outro fator se interponham entre o meu dever e o meu doente;
- Respeitarei os segredos que me forem confiados, mesmo após a morte do doente;
- Exercerei a minha profissão com consciência e dignidade e de acordo com as boas práticas médicas;
- Fomentarei a honra e as nobres tradições da profissão médica;
- Guardarei respeito e gratidão aos meus mestres, colegas e alunos pelo que lhes é devido;
- Partilharei os meus conhecimentos médicos em benefício dos doentes e da melhoria dos cuidados de saúde;
- Cuidarei da minha saúde, bem-estar e capacidades para prestar cuidados de maior qualidade;
- Não usarei os meus conhecimentos médicos para violar direitos humanos e liberdades civis, mesmo sob ameaça;
- Faço estas promessas solenemente, livremente e sob palavra de honra.»

Estes são os juramentos vitalícios dos médicos navais. Porém, importa lembrar que a vida neste Mundo não é eterna e a parcela de tempo dedicada à Marinha é variável, podendo o vínculo com a instituição militar cessar precocemente.

Numa sociedade onde impera a dúvida, uma coisa é certa: os médicos navais pugnam constantemente pela qualidade dos seus serviços, onde quer que estejam colocados, e estão comprometidos com a melhoria da prestação de cuidados de saúde aos utentes do Sistema de Saúde Militar.

Atualmente multiplicam-se os requerimentos individuais a invocar exclusão de responsabilidade disciplinar por falhas de diagnóstico e/ou terapêutica condicionadas pelo funcionamento dos serviços de saúde que afetam o cumprimento das *leges artis*. As razões são variadas, desde as insuficiências de recursos humanos, em quantidade e/ou qualidade, até às deficiências de recursos materiais. Apesar de ser um exemplo dispensável, este constitui mais uma evidência do compromisso individual dos médicos no garante da saúde e bem-estar dos seus doentes. Desengane-se quem acreditar na existência de outras motivações.

A situação financeira do Sistema de Saúde Militar foi recentemente publicitada e as contingências impostas externamente foram avocadas pelos ramos das Forças Armadas; ainda assim, um caminho terá de ser percorrido. Os profissionais de saúde são, sem qualquer hesitação, uma parte fundamental da solução idealizada pela tutela, pelo que a sua proteção e consulta são salutaras.



Santos Henriques
1TEN MN

Redação anterior do Juramento de Hipócrates

(texto adotado pela Associação Médica Mundial em 1983)

No momento de ser admitido como membro da profissão médica:

- Prometo solenemente consagrar a minha vida ao serviço da humanidade;
- Darei aos meus mestres o respeito e o reconhecimento que lhes são devidos;
- Exercerei a minha arte com consciência e dignidade;
- A saúde do meu doente será a minha primeira preocupação;
- Mesmo após a morte do doente respeitarei os segredos que me tiver confiado;

- Manterei por todos os meios ao meu alcance a honra e as nobres tradições da profissão médica;
- Os meus colegas serão meus irmãos;
- Não permitirei que considerações de religião, nacionalidade, raça, partido político ou posição social se interponham entre o meu dever e o meu doente;
- Guardarei respeito absoluto pela vida humana desde o seu início, mesmo sob ameaça, e não farei uso dos meus conhecimentos médicos contra as leis da humanidade;
- Faço estas promessas solenemente, livremente e sob a minha honra.

CERTIFICAÇÃO DA FORMAÇÃO E OPERAÇÃO

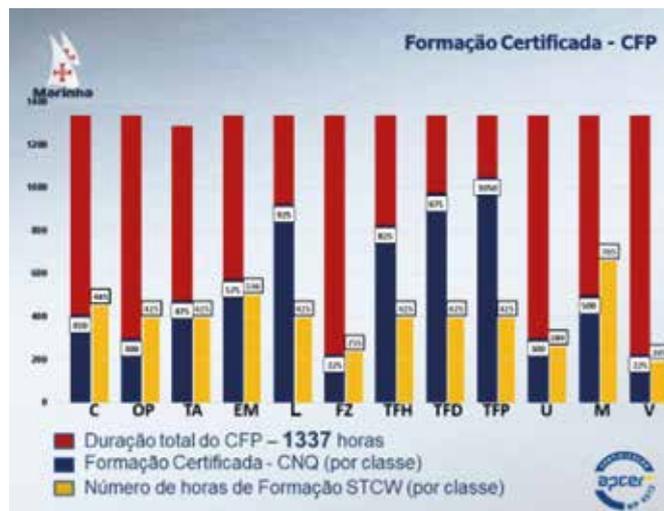
A certificação não é um processo estanque nem homogêneo. Na realidade, e na prática, a certificação é um processo dinâmico, heterogêneo e mutável, quer nos requisitos, quer nos procedimentos. De facto, dependendo da área a certificar pode estar-se perante requisitos de certificação, nacionais ou internacionais, de operação, de formação, de recursos humanos, de processos, etc.; a lei, a tradição, a prática comum, os protocolos e parcerias podem impor ou excetuar requisitos ou procedimentos.

Desde sempre, a Marinha Portuguesa relevou a importância da certificação, não só porque concorre para o reconhecimento interno e externo da credibilidade, da qualidade, do cumprimento de requisitos e de boas práticas, mas também porque firma um selo de garantia de segurança e fiabilidade nos processos do objeto certificado. Consequentemente, a certificação gera confiança e motivação, aumentando a competitividade e promovendo a imagem institucional e por isso vai ao encontro de um dos desígnios assumidos pela Marinha: valorizar as pessoas.

Para além do Sistema de Gestão da Formação Profissional, já certificado pela Associação Portuguesa da Certificação (APCER), também algumas Escolas e Centros de Formação (ECF) e cursos estão certificados pelas entidades externas específicas de cada área.

Em concreto, a Escola de Mergulhadores é certificada pela Direção Geral de Autoridade Marítima e o Centro de Educação Física da Armada, certificado pelo Instituto de Socorros a Náufragos. Até à data estão certificados, entre outros: o Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores; o Curso de Especialização de Oficiais em Hidrografia; o Curso Técnico de Hidrografia; o Curso de Aperfeiçoamento em Nadador Salvador; o Curso Básico de Segurança Contra Incêndios e o Curso de Especialização em Monitor de Educação Física.

Também os Cursos de Formação de Praças têm vindo a ser estruturados de forma a contribuírem para aquele desígnio. Sem prejuízo do que é específico e imperioso na formação de um militar da Marinha, foram incluídos nos planos de estudo, para além



das Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) do Catálogo Nacional de Qualificações, módulos e submódulos que cumprem os requisitos de formação estabelecidos na Convenção sobre os *Standards of Training, Certification and Watchkeeping for Seafarers (STCW)* e que contribuem para lograr certificados de competência e qualificação.

Os trabalhos desenvolvidos até à data neste âmbito e a procura constante de outras e mais áreas passíveis de certificação demonstram o empenho da Marinha em melhorar o seu desempenho e as qualificações das pessoas.

Assim sendo, a certificação da formação constitui-se como uma mais-valia, não só pelo garante da qualidade da formação ministrada, e consequente reconhecimento interno e externo, mas também como fator de valorização e motivação das pessoas que servem a Marinha.

Colaboração da **DIREÇÃO DE FORMAÇÃO**

NOTÍCIAS

CONDECORAÇÃO DO VICE-ALMIRANTE MOURÃO EZEQUIEL

No dia 30 de julho, o Presidente da República condecorou o VALM Augusto Mourão Ezequiel com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Avis, em cerimónia oficial no Palácio de Belém, que contou com a presença de várias entidades militares e civis.

Na mesma ocasião, foram ainda agraciadas outras personalidades e uma instituição, que se distinguiram na vida pública portuguesa: General José Alberto Loureiro dos Santos, com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada; Professor Gil Teixeira Lopes, Comendador da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada; Tenente-General Rui Manuel Xavier Fernandes Matias, com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Avis; Tenente-General Fernando Celso Vicente de Campos Serafino, com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Avis; Professor Doutor Manuel António Assunção, com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública; Professor Doutor Sebastião Feyo de Azevedo, com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública; Professor Arquitecto José Pedro Roque Gameiro Mar-



tins Barata, Grande Oficial da Ordem da Instrução Pública; Liga para a Proteção da Natureza, Membro Honorário da Ordem da Instrução Pública, recebendo as insígnias o Presidente da Direção Nacional, Eng. Eugénio Sequeira.

III SIMPÓSIO IBÉRICO DE RISCOS PSICOSSOCIAIS

Decorreu em 19 e 20 de abril, na Escola Superior de Tecnologia e Saúde de Coimbra (ESTSC), o III Simpósio Ibérico de Riscos Psicossociais, organizado pela Associação Vertentes e Desafios da Segurança em parceria com a ESTSC e com a Associação Espanhola de Ergonomia.

A Marinha esteve representada por três Oficiais do Departamento de Segurança e Ambiente, da Inspeção-Geral da Marinha, e por três Sargentos que se encontram a frequentar o Curso de Técnico de Segurança no Trabalho, na Academia da Força Aérea.

O Simpósio foi dedicado à temática dos riscos psicossociais que, segundo a Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho, é das que maiores desafios apresentam em matéria de segurança e saúde no trabalho por terem um impacto significativo na saúde de pessoas, organizações e economias nacionais. Com a abordagem correta, estes riscos podem ser prevenidos e geridos com sucesso, independentemente da dimensão ou tipo de entidade, podendo ser tratados de forma sistemática, à semelhança de outros riscos de saúde e segurança no local de trabalho.



EX-CHEFES DO CENTRO DE COMUNICAÇÕES DA ARMADA (CCA) E CENTRO DE COMUNICAÇÕES E CIFRA DA ARMADA (CCCA)

No passado dia 3 de maio, a quase totalidade dos (ainda vivos...) ex-Chefes do CCA e do que lhe sucedeu, o CCCA, unidades que em conjunto funcionaram várias dezenas de anos nas instalações da ACM, vulgo “Ministério”, até à sua extinção e subsequente criação, na área da BNL, do atual Centro de Comunicações, Dados e Cifra da Marinha – CCDCM, encontraram-se na Casa da Balança (que assim desempenhou, por uma vez, a sua centenária função de Ponto de Encontro naval) para cumprirem uma jornada de rememoração do papel decisivo que aquela estrutura técnica, nas duas versões, teve no que foram o sucesso e o prestígio das Comunicações Navais na segunda metade do século passado, com projeção para o atual.

Assim, o grupo teve a oportunidade de visitar os locais onde o CCA e o CCCA funcionaram, tendo-se deslocado, após o almoço na Messe de Oficiais, ao CCDCM, onde o atual Director, Comandante Oliveira Inácio, teve a gentileza de fazer uma esclarecedora



apresentação da sua importante Unidade, desde o fim do ano passado batizada com o nome do VALM Moreira Rato, um dos expoentes do sucesso acima referido.

O NÚCLEO DE RADIOAMADORES DA ARMADA E OS NAVIOS-MUSEU



No passado mês de junho realizou-se o *Museum Ships Weekend (MSW)*, evento organizado pelo Clube Estação de Radioamador do battleship “New Jersey”, no Estado americano homónimo. Este clube, de carácter educacional e recreativo, visa proporcionar conhecimentos e valências técnicas em várias áreas, nomeadamente a das comunicações, dando a conhecer Navios-Museu espalhados por vários países e promovendo o convívio entre radioamadores.

O MSW realiza-se anualmente no primeiro fim de semana de junho e constitui o ponto alto do envolvimento internacional dos radioamadores, na sua maioria ligados à Marinha. Isso mesmo acontece desde 2012 com a fragata *D. Fernando II e Glória* e, mais recentemente, com o submarino *Barracuda*, tal como já aconteceu com o navio *Gil Eanes*, surto em Viana do Castelo. A fragata e o submarino constituem, para o efeito, estações do NRA e são colocados na senda internacional do conhecimento dos Navios-Museu, como se pode verificar em <http://www.nj2bb.org/museum/>

De salientar que o MSW contou este ano com 108 Navios-Museu de diversas nacionalidades, tendo as estações CS5SUB (submarino *Barracuda*) e CS5DFG (fragata *D. Fernando II e Glória*), no total, contactado 79 estações, participação comprovada pelos dois certificados aqui apresentados.



António Gamito
SMOR CE REF

HOMENAGEM A DOMINGOS RAPOSO

A Marinha Portuguesa, representada pelo Superintendente do Pessoal, VALM Novo Palma, no passado dia 10 de março, na freguesia de Duas Igrejas, concelho de Miranda do Douro, prestou homenagem ao 1º Marinheiro AP Domingos do Nascimento Raposo, desaparecido a bordo da *António Enes*, em comissão nos Açores, a quando da explosão/acidente a bordo, no dia 10 de março de 1987.

Juntaram-se à homenagem o Clube de Praças da Armada e grande parte dos elementos da guarnição que, na altura, estavam a prestar serviço no navio.

Sopra vento ventoso e nuvens choram lágrimas sem descanso. Desde o teu Planalto Mirandês memórias chegam e voa, não de cegonha, sereno, mas de temporal. Mãe derrama lágrimas de dor e sonha os tempos de trazer-te às costas preso com o xaile e arrolar-te ao colo quente. Primeiras falas te disse nesta bela língua mirandesa.

Temporais de mares Faialenses, olhando a grandeza do Pico te haveriam de engolir.

Dia 10 de Março deste ano da graça do Senhor, 31 anos depois do teu desaparecimento, Domingos, uma merecida homenagem, nesta terra que te viu nascer, Duas Igrejas: Marinha Portuguesa, praça aqui assentaste, homem te ias fazendo; Clube de Praças da Armada, outra família ali encontraste; camaradas de navio; família e amigos; gentes da tua terra e de todo o concelho de Miranda do Douro, mais terras transmontanas cá estiveram a dizer: enquanto cá andarmos tua memória ficará entre nós. Na capela da Senhora do Monte, onde muitas vezes terás escutado a palavra de Deus, o Capelão de Marinha disse: «...o presente é agora, o eterno aí está para renovar o viver...»



Um monumento te fizeram; cerimónia de apresentar armas e flores depositadas; discursos tiveste e vê lá tu que até os pauliteiros dançaram em tua memória.

Passou depois a cerimónia para o Salão Nobre da Câmara onde houve discursos e muitos dos presentes ficaram emocionados.

O Clube de Praças da Armada, um ano após nos deixares, instituiu um prémio em tua memória para filhos de Associados e designou-o: “Prémio 1º Marinheiro “AP” Domingos do Nascimento Raposo”.

A tua homenagem findou na Concatedral de Miranda do Douro com o excelente concerto da banda da Armada a tocar o Hino dos Marinheiros: “Os marinheiros aventureiros são sempre os primeiros na terra e no mar...” e toda a gente a bater palmas.

Descanso eterno e até um dia destes, Domingos Raposo.

António Cangueiro
CAB CCT REF

Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Clube de Praças da Armada

HOMENAIGE A DEIMINGOS RAPOSO

Assopra aire bentoso i nubres chóran lhágrimas sien ççanso. Zde l tou Praino Mirandés mimórias s'achegan i bolo, nó de ciguonha, sereno, mas de tiemporal. Mai derrama lhágrimas de delor i suonha tiempos de traier-te al chin-chin i arrolhar-te a cuolho caliente. Purmeiras falas te dixo nesta guapa lhéngua mirandesa.

Temporales de mares Faialenses, mirando grandura de l Pico te haberían d'angolhir.

Die 10 de Março deste anho de la graça de l Senhor, 31 anhos apuis de tou zaparecimento, Deimingos, ua merecida houmenaige, nesta tierra que te biu nacer, Dues Eigreijas: Marina Pertuesa, praça eiqui assentestes, home te íbas fazendo; Clube de Praças de la Armada, outra familia eilhi ancuntreste; camaradas de nabiu; familia i amigos; gientes de tue tierra i de to l conceilho de Miranda de l Douro mais terras stramuntanas acá stubirun a dezir: anquanto acá andarmos tue mimória quedará antre nós. Na capielha de la Senhora de l Monte, adonde muitas bezes tenerás

scuitado la palabra de Dios, l Capelan de la marina dixo: «...l persente ye agora, l eiterno ende stá pa renuobar l bibir...»

Un menimiento te fazirun, cerimónias d'apresentar armas i froles çpositadas; çcursos tubiste i bei alhá tu que inté ls pauliteiros beilórun an tue mimória.

Passou apuis l cerimonial pa l Salon Nobre de la Cámara aonde botórun çcursos i muito mundo quedou eimocionado.

L Clube de Praças de la Armada, un anho apuis de mos deixares, anstitui un prémio an tue mimória para filhos de Associados i chamou-le: “Prémio 1º Marinheiro “AP” Domingos do Nascimento Raposo”.

Tue houmeaige findou-se na Cuncatedral de Miranda de l Douro cun eicelente atuaçon de la banda de la Marina a tocar l Hino de ls Marineiros: “Ls marineiros abintureiros son siempre ls purmeiros na tierra i ne l mar...” i to l mundo a bater palmas.

Ççanso eiterno i inté un die destes Deimingos Raposo.

24ª CORRIDA DA CIDADE DE VENDAS NOVAS

No dia 20 de maio, as ruas de Vendas Novas receberam mais uma Corrida da Cidade que este ano aconteceu no dia em que



Foto Município Vendas Novas

o município celebrou 25 anos. Corrida de 10 Km e de 5 Km e caminhada de 5 Km.

A 24ª Corrida da Cidade foi organizada pelo Município de Vendas Novas, com organização técnica da Xistarca e da Associação de Atletismo de Évora.

Participaram 380 atletas (Federados e Não Federados) na prova dos 10 Km, entre masculinos e femininos, dos escalões, **Masculinos:** séniores (20 a 34 anos); veteranos I (35 aos 39 anos); veteranos II (40 aos 44 anos); Veteranos III (45 a 49 anos); Veteranos IV (50 a 54 anos); Veteranos V (55 a 59 anos), Veteranos VI (60 a 64 anos) e veteranos VII (65 anos ou mais). **Femininos:** séniores (20 a 34 anos); veteranas I (35 aos 44 anos), veteranas II (45 aos 54 anos) e veteranas III (mais de 55 anos).

O Clube de Praças da Armada – com atletas da Marinha Portuguesa e sócios atletas do CPA – esteve representado na prova com 3 séniores e 11 veteranos masculinos e 2 femininos.

CONVÍVIOS

NRP JOÃO COUTINHO

3ª GUARNIÇÃO (1974/1976)

Realizou-se no dia 12 de maio, na Quinta da Luz, Lourinhã, o 14º almoço-convívio da 3ª guarnição (1974-1976) do NRP *João Coutinho*.

Do programa constou uma visita guiada ao Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro. Este ano comemorámos o 43º aniversário do “Adeus a Moçambique”, muitas foram as conversas sobre as vivências nos anos 74-75 a bordo da CORTINHO no Oceano Índico.

O encontro, que decorreu em ambiente de sã camaradagem, contou com 26 elementos da guarnição, familiares e amigos,



num total de 70 convivas, incluindo a presença do Comandante de então, CMG REF António Moitinho de Almeida.

O próximo convívio ficou agendado para dia 1 de junho de 2019, em Rio Maior.



INCORPORAÇÕES DE 1985

33º ANIVERSÁRIO

Realizou-se no passado dia de 14 julho o convívio comemorativo do 33º aniversário das incorporações de 1985.

O evento foi realizado na Base Naval de Lisboa, a bordo da Vedeta Zêzere, com um almoço volante organizado pela messe de Sargentos da Base.

O encontro decorreu em ambiente de sã camaradagem.

CABOS-MORES

1º ALMOÇO-CONVÍVIO

Realizou-se no dia 18 de julho, nas Mesas de Lisboa, o 1º almoço-convívio dos Cabos-Mores que prestam serviço nas diversas unidades/organismos sediados nas Instalações Centrais da Marinha.

No fim do encontro, que foi vivido com muita alegria, amizade e camaradagem, ficou a promessa de realização de novas iniciativas.



NÚCLEO DE FUZILEIROS DOS TEMPLÁRIOS



Realizou-se no dia 13 maio, no restaurante “Manjar dos Templários”, em Tomar, o 22º convívio de Fuzileiros dos Templários.

O encontro contou com a participação de 70 pessoas, entre camaradas e respetivas famílias.

MUDAM-SE OS TEMPOS

Numa altura em que tanto se fala no mar e no seu aproveitamento, e, pelo menos aparentemente, pouco se faz nesse sentido, vem a propósito recordar alguns episódios que julgo pouco conhecidos e que, estou em crer, se enquadram perfeitamente no interesse pelas coisas do mar.

Na véspera do S. João de 1555, em Goa, um foguete lançado de terra provocou um incêndio que destruiu, quase que completamente, a esquadra da Índia. Perante tal facto, os brâmanes daquela cidade mandaram construir e oferecer ao governador, Francisco Barreto, recentemente empossado no cargo, uma galé cujo nome não encontrei referido mas que era conhecida pela alcunha de “Bramana”.

Na segunda metade do séc. XVIII foram os comerciantes da Companhia dos Vinhos do Alto Douro que, por forma a reprimir os frequentes ataques a que a navegação do Porto se encontrava sujeita, requereram autorização para construir, naquela cidade, duas fragatas destinadas a combater os corsários. Foi, aliás, na sequência da autorização régia que igualmente foi criada a Aula Náutica do Porto, o primeiro estabelecimento de ensino superior naquela cidade. As duas fragatas em causa, mandadas construir no Porto, foram a *N.ª Sr.ª da Guia*, em 1763, e a *S. João Baptista*, em 1765, tendo a Companhia dos Vinhos garantido financeiramente a construção e responsabilizado pelos encargos decorrentes da instalação e funcionamento da Aula.

Ainda no séc. XVIII, mas já próximo do seu final, um grupo de comerciantes de Viana do Castelo, cerca de uma dúzia, perante os frequentes ataques de corsários que chegavam a atacar na barra daquele porto, mandou construir uma escuna (em alguns documentos o navio surge referenciado como sendo um lugre) que ofertaram à Coroa, tendo a Rainha baptizado o navio com o nome de *Leal e Invicta Viana* e nomeado seu comandante um piloto inglês que, para o efeito, foi incorporado na Armada Real, com o posto de 2.º Tenente de Mar.

O navio em causa prestou diversos serviços na fiscalização e no combate a corsários, deixando de navegar em 1801.

Cerca de um século depois foi a vez de, na sequência do Ultimato Inglês, serem construídos diversos navios, tendo o dinheiro para as construções sido obtido através de subscrição efectuada, tanto em Portugal, como no Brasil. Com esse dinheiro foram construídos, em 1897, o cruzador *Adamastor* que foi abatido em 1932, em 1898 a canhoneira *Chaimite*, que foi abatida em 1920, em 1905 a canhoneira *Infante D. Manuel*, mais tarde rebaptizada com o nome de *Rio Minho* e que foi abatida em 1948 e, em 1903, a lancha canhoneira *Pero de Anaia*, abatida em 1908.

O facto de todos os navios referidos terem sido construídos graças aos contributos dos comerciantes e da população em geral leva-me a crer que, pelo menos naquelas épocas, o mar deveria ser mesmo um desígnio nacional.



Cmdt. E. Gomes



PROPOSTA HONRADA

“Como é isto por aqui?” Eis a pergunta que se faz quando se chega a uma outra unidade.

Assim foi quando me apresentei no *Lima* (1948) após uns anitos no meu e já saudoso *Vouga*, onde iniciei a minha vida de embarcado, 17 anos, seguidinhos, saltando de um para outro. Novas caras, novos camaradas e novos amigos. Naturalmente, as idades tendem a procurar-se, um tanto pelas irreverências inerentes a esse grupo etário e também por outros factores. Foi assim que conheci o Barros, 1º Grumete Electricista. Revelava modos e cultura fora do habitual no seu posto. Tinha a frequência do 4º ano dos liceus, pelo que também sabia umas coisas de francês e inglês. Em comum, o gosto pela música popular. Ambos tínhamos um acordeão de teclas. Era bom profissional e brioso no fardar, calças bem vincadas, de cortar as pernas a um polícia, como era costume dizer-se, e botas reluzentes. A propósito, lembro uma figura marcante que deixei no *Vouga*, o Norberto, 1º Marinheiro Artilheiro alti-telemetrista, alfaiate, barbeiro, que primava pela sua postura e, em consequência, na formatura para as licenças era mandado, pelos Oficiais de Dia, dela sair antes de passar a revista. Distinção merecida e nunca mais vista em todos os anos que andei por “estas casas”. (Peço desculpa por este desvio, mas não podia perder a oportunidade de manifestar a minha justa admiração por tal marinheiro). Mas voltando à rota estabelecida, ao *Lima*.

O Barros era um desenvolto dactilógrafo e daí ser possível dar asas a uma ideia que o avassalava: ser jornalista. Agora, nos Açores, em comissão de serviço, teve a sua oportunidade. Criou um “jornal” com o título “O Enjoado”, em homenagem (palavras dele) ao pequeno cão que tínhamos a bordo. O “jornal” tinha, necessariamente, a autorização do nosso Imediato, o 1º Tenente Gomes e Trindade. Era bimensal, tipo A4 e o Barros seu director, editor, proprietário, grafista, compositor, comentador, crítico de arte, de desporto e distribuidor. Tinha um mecenas – a “Casa do Detalhe” – que, simpaticamente, lhe fornecia alojamento (local de trabalho), papel, químicos e agrafador. A tiragem era de 5 exemplares, com 1 original e 4 cópias assim distribuídas: original para a câmara dos oficiais; uma cópia para os sargentos e três para as praças: uma para cada coberta. O “jornal”, lido e relido, era motivo de muitas conversas e ajudava a passar o tempo. Tinha uma excelente página cultural em nada despiciendo. Críticos? Maledicentes? Nem um.

O Barros pertencia ao meu grupo nas idas a terra. Tínhamos já velhos conhecimentos em S. Miguel (Açores), com tudo o que era gente relacionada com o fado; guitarristas, violistas e fadistas. “Ah, fado d’um ladrão!”. Em Rabo de Peixe morava um grande amigo, o Jorge, 2º Sargento mecânico da aviação, com a sua simpatiquíssima esposa. Exímio guitarrista e cantor, ao estilo coimbrão e de excelente voz. Acompanhava-nos o despenseiro dos sargentos, Zeferino, também da zona do Mondego e conhecido de infância do Sargento Jorge.

O Barros, ruivo, imberbe, ora promovido a marinheiro, tinha uma faceta rara em todos os tempos: era um rapaz sério e a palavra dele era uma escritura sagrada. Mais, não brincava com elas e a prová-lo a história que vou tentar contar conforme o meu testemunho.

Estamos em Lisboa. Ir jantar a terra é dos maiores prazeres de um marinheiro solteiro. O local, indefectível, por acolhedor, boa



(1ª fila) Acordeonista – protagonista da estória
(2ª fila) Primeiro da direita – autor da estória

comida, preço em conta e simpáticas raparigas a servir à mesa. Refiro-me ao restaurante sito a leste do Rossio e de seu nome “A Tomarense”. Entra-se pela Praça da Figueira, sobe-se um primeiro andar e é só simpatia. Passe o reclame.

Um dia – há sempre um dia –, esperando já sentados à mesa, uma muito simpática empregada já nossa conhecida, com a sua graça contagiante, o seu sorriso permanente e bonito, diz-nos:

“Já sei que não querem saber da ementa para nada. Temos...” e é interrompida pelo Barros que se levanta e diz: “Vou fazer-lhe uma proposta muito séria! Se me arranjar um bife bem passado, com um ovo a cavalo, cogumelos, batatas fritas... (e fixando-a nos olhos) caso consigo”. A rapariga desatou a rir e lá foi, desenhada, dar conta do recado. Voltou com o pedido com o mesmo sorriso com que antes nos deixara.

Jantámos (éramos cinco) muito animados e é manifesto o agrado do Barros pelo seu bife. Quando no fim, bebido o café, nos levantámos para sair, o Barros diz para a empregada: “Pode tratar dos papéis para casarmos, se assim o quiser”. A rapariga não conteve uma gargalhada, mas depois, perante o ar sério do Barros, ficou aturdida, muito atrapalhada, sem saber se ele estava a brincar ou lá o que fosse, parou o riso, via-se que queria dizer algo, olhos muito abertos, tremia, angustiada, quase a chorar e não tirava os olhos dele. À nossa volta os clientes iam-se apercebendo do que se passava, fez-se silêncio e depois muitas palmas.

Foi um momento inesquecível e ousou afirmar que das pessoas ali presentes que assistiram à cena, só duas sabiam que o Barros estava a falar a sério: ele e eu.

Do que se passou depois apenas posso dizer que se casaram. O Barros saiu da Marinha e só o tornei a ver passados alguns anos e, por ironia do destino, nos Restauradores, na “Bóia” (assim era chamado aquele passeio largo mesmo em frente do cinema Éden, e ponto de encontro dos amigos), passeando com a sua mulher, de braço dado, muito chegados. O Barros trabalhava na central eléctrica na barragem de Castelo do Bode. E a sua mulher não podia mostrar-se mais feliz. Ao recordarmos o passado e enquanto o Barros mantinha a sua imperturbável postura, a ela acorriam umas lágrimas... e a mim também. Desejei-lhes toda a felicidade deste mundo.

Com saudades do mar...



Teodoro Ferreira
1TEN SG REF

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico

UM PEDIDO DE DESCULPAS...

Talvez um dia nos preocupemos definitivamente mais (...) com a singularidade mais do que com a afiliação. Talvez um dia uma palavra, um rosto ou um destino qualquer, eleito ao acaso, sirva para revelar tudo: para nomear o entusiasmo e a dor, o vislumbre e o combate, a razão e o enigma que existir significou e significa (...)

In “O pequeno caminho das grandes perguntas”, José Tolentino de Mendonça

Esta última semana um pensamento não me saiu da mente: tenho de escrever sobre o mítico Cabo, presente no meu primeiro navio (o NRP *João Roby*), muitas vezes recordado na minha alma: o Sr. Cabo “Trava-a-Mota”. Quando embarquei pela primeira vez, já lá vão muitos anos, pouco ou nada sabia sobre navios, navegações, ou mesmo sobre a relação única que se vivia entre as pessoas e que – não o sabia então – iria dar cor a muitos destes escritos.

A guarnição de então, naquele navio, cedo percebeu a minha “mansidão” e logo, sem grande piedade, lá me foi cobrando uma multa aqui, outra acolá. Algumas, por simples ignorância minha, por exemplo por não reconhecimento dos protocolos básicos nas saídas e entradas a bordo. Outras porque, simplesmente, era inevitável – por exemplo, entrar em determinado compartimento sem pedir licença ao mais antigo. Tudo levei de boa mente... inclusive daquela vez – e dadas as minhas rotinas de estender a farda na mesma cadeira – em que me chamaram à pressa para uma emergência. Quando vesti a farda – impecavelmente dobrada como a deixava sempre – verifiquei que os sapatos não me cabiam (eram aí uns três números abaixo), que a camisa pertencia a alguém com um perímetro abdominal cinco vezes superior e as calças, e respetivo cinto, pertenceriam a alguém que, por certo, só estava a um centímetro acima do limiar inferior de entrada na Marinha. Mesmo assim, a saltitar, mantendo a compostura possível e de canela à vista, lá fui socorrer o (fingido) ferido à Enfermaria, para, imediatamente após entrar, ser novamente multado, claro, por estar mal uniformizado...

Nesse navio, havia um Cabo antigo, que tinha várias responsabilidades a bordo. Uma delas era o controlo da aguada. O processo, como dolorosamente percebi tardiamente, implicava o uso de um mecanismo metálico – que pelas três ou quatro da manhã, a hora em que o Sr. Cabo decidia verificar o nível da água – parecia um fantasma a arrastar as correntes a que o destino o condenara. Deste modo, durante muito tempo, nos meus escritos, ficou como o “Fantasma das Correntes”...

Desde sempre, gostei de conviver a bordo, para entreter as horas mortas e, claro, porque gosto de conhecer as pessoas.

A tolda era o meu lugar de passagem, um lugar, como escrevi então, entre o vasto azul do mar e o infinito azul do céu... Na tolda, conheci as histórias de muitos marinheiros. Percebi que o singular Cabo tinha a família no Norte do país, era muito falador e gostava – como muitos marinheiros que ao longo dos anos conheci – profundamente da Marinha.

Percebi também que a alcunha, colocada pelos próprios camaradas, provinha de um acidente que o Sr. Cabo havia sofrido e esse evento, aliado à reconhecida impetuosidade do militar, dava corpo ao cognome. Com o tempo, como muitos outros, o Sr. Cabo lá foi contando a sua vida – já que é mister do médico saber ouvir e a navegar há tempo para conhecer muitas histórias, para reconhecer muitas vidas. Apesar de a humanidade ser imensa, a singularidade deve ser o que nos define (como está bem explícito na citação acima). Parece estranho que numa organização como a nossa assim seja, mas na verdade essa é uma das características que mais aprecio na Marinha...



Desenho Paulo Guedes

Passados vários meses de navegação e muitas, muitas aventuras, que lembro com saudade, lá me foi dizendo o Sr. Cabo:

– *O Doutor tem jeito, ainda chega às estrelas...*

O segundo-tenente de então lá lhe foi dizendo – *Lá está você a precipitar-se. Teremos de esperar um tempo em que as estrelas desçam à Terra...*

Contudo aconteceu. Voltei, recentemente, à Marinha (depois de longa permanência no Hospital das Forças Armadas). Ocupo agora um lugar que se enquadra nas previsões do Sr. Cabo, que não vejo há muitos anos... Fica aqui, publicamente, o meu pedido de desculpas. Parece que, afinal, as estrelas podem descer à Terra... Para tamanha antevisão, só uma condição é necessária: ter um coração simples e amigo, enrolado numa alma grande... Atributos fundamentais para um marinheiro que se preza, como certamente é o caso...

Um abraço.



Doc

SUICÍDIO

Foi há 2 meses e não há um dia que passe sem eu me lembrar dele. Porque é que ele decidiu tomar uma decisão tão radical? Como é que não nos apercebemos? Poderia alguém ter feito algo para impedir esta tragédia? Sendo os comportamentos suicidários um problema grave de saúde pública, a OMS instituiu o dia 10 de setembro como o Dia Mundial da Prevenção do Suicídio. Em memória de ti, Bruno, e de todas as vítimas de suicídio, escrevo este artigo a 10 de setembro. Pretendo alertar toda a população para este flagelo e ajudar a reconhecer potenciais vítimas, bem como clarificar as medidas que se devem adotar nestas situações.

O suicídio define-se como um ato em que um indivíduo põe termo à vida de forma intencional e voluntária. Estima-se que ocorra 1 suicídio no mundo a cada 40 segundos. O número de tentativas ainda é cerca de 20 vezes maior. Embora as mulheres tentem suicidar-se com uma frequência três vezes superior à dos homens, estes consumam o suicídio numa proporção quatro vezes superior à delas. Em Portugal registam-se cerca de 1000 suicídios/ano, sendo o número de suicídios mais significativo no Alentejo e em pessoas ≥ 65 anos. Esta é já a segunda causa de morte dos jovens entre os 14 e os 24 anos, a seguir aos acidentes de viação. E, embora com maior raridade, já se começam a registar suicídios na infância! Porém, não existe um perfil típico do suicida: homens e mulheres, novos e velhos, ricos e pobres, pessoas de meios rurais e meios urbanos, pessoas de todas as raças, credos e níveis educacionais morrem através de suicídio.

Os comportamentos suicidas são um flagelo na sociedade. Além do suicídio consumado, o comportamento suicida abrange as tentativas de suicídio, na qual a pessoa tem intenção de morrer, mas sobrevive, e os gestos suicidas, que são comportamentos autolesivos, sem intenção de morrer, como por exemplo a automutilação com cortes superficiais ou queimaduras com cigarros. Esses atos não devem ser subestimados. Todos os pensamentos e comportamentos suicidas, quer se trate de gestos, quer de tentativas, devem ser levados a sério e ajuda médica especializada deve ser procurada.

Um dos mitos à volta do suicídio é que a pessoa que fala sobre o suicídio ou tenta suicidar-se só quer a atenção dos outros. Errado. 8 em cada 10 pessoas que se suicidaram verbalizaram este plano antes do ato. Também este pedido desesperado de ajuda não equivale a um comportamento manipulativo para obter atenção extra de terceiros! Falar sobre suicídio com a pessoa em risco não a levará a cometer o ato, este é normalmente um ato muito ponderado e refletido, e não um ato impulsivo. Portanto, identificar precocemente uma pessoa em risco e ajuda-la a perceber que precisa de cuidados médicos, reduz os comportamentos suicidas, pois, na maioria dos casos, o suicida escolheria outra forma de solucionar os problemas se não estivesse numa angústia tão grande que o impossibilitasse de considerar outras opções para além do suicídio. A intenção é geralmente livrar-se dos seus problemas, e não pôr termo à vida!

Os principais fatores de risco para o suicídio são a depressão (e outras doenças psiquiátricas tais como a doença bipolar e esquizofrenia), alcoolismo, toxicod dependência, morte de entes queridos, experiências de vida traumáticas (como os abusos sexuais e maus-tratos), culpabilidade por atos praticados, perturbações da personalidade (impulsividade e agressão), dificuldades socioeconómicas (divórcio, residir sozinho, desemprego, reforma, endividamento), viver em ambientes de conflito (tais como violência doméstica ou *bullying* escolar), ser portador de uma deficiência física, especialmente se for crónica ou dolorosa, estar sujeito a modelos suicidários (familiares ou amigos) e ter feito tentativas



de suicídio prévias. Importa, contudo, salientar que cada indivíduo lida com o stress e o sofrimento de maneira diferente e, como tal, a presença de múltiplos fatores de risco não implica forçosamente que a pessoa cometa suicídio. Na maioria dos casos é a interação de vários dos fatores supracitados que despoleta uma sensação de desespero suficientemente forte para se colocar a ideia de suicídio.

Reconhecer os sinais de alarme e intervir de forma eficaz é uma tarefa importante que poderá salvar vidas. E todos temos essa obrigação! Familiares, amigos, colegas de trabalho e os chamados porteiros sociais (exemplo: taxistas, cabeleireiros, *barmen*, professores, médicos de qualquer especialidade, enfermeiros e farmacêuticos) podem identificar mais facilmente os casos de risco através de alguns sinais de alarme que pessoas com intenção suicida exibem: tristeza profunda, perda de autoestima, isolamento, desesperança (sensação de que nada vale a pena e que já não se está a fazer nada neste mundo), mudanças rápidas de humor, redução dos horizontes a um simples tudo-ou-nada, fazer muitos comentários acerca da morte ou suicídio, fazer preparativos para a morte como escrever cartas aos amigos/familiares e dar objetos pessoais de valor sentimental.

Se forem detetados alguns sinais de alerta é crucial não deixar a pessoa sozinha e levar a pessoa a sério, mantendo-se calmo e essencialmente escutando. Procurar saber se a pessoa tem planos específicos e qual o método que pretende adotar. Tentar ser empático e não crítico, realçando sempre o facto de o suicídio ser uma solução permanente para um problema que, ainda que parecendo irreversível, pode ter saída. Lembrar a pessoa de que existe ajuda especializada e que, para seu bem, não deve ficar sozinha. Deve contactar-se um familiar ou amigo para a acompanhar, levar a pessoa a uma urgência médica ou mesmo telefonar para o 112 pois, em último recurso, existe a hipótese de internamento como meio de proteger a pessoa dela própria, enquanto a ideia suicida estiver ativa.

Ana Cristina Pratas
1TEN MN

www.facebook.com/participanosaudeparatodos

QUARTO DE FOLGA

JOGUEMOS O BRIDGE

Problema nº 216

OESTE (W)				NORTE (N)				ESTE (E)				SUL (S)			
♠	♥	♦	♣	♠	♥	♦	♣	♠	♥	♦	♣	♠	♥	♦	♣
V	A	D	R	D	8	6	A	R	5	R	D	A	R	A	4
10		10	V	7	7		9	4		V	10	6	D	8	
9		9	5	5	6		8	4		7	7	3	V		
8		3	2	4	3		6	4		4	3	2	10		
												2	9		
													2		

GRAU DE DIFICULDADE - MÉDIO CARECENDO DE ATENÇÃO

Todos vuln. S joga 4♥ e recebe a saída a V♠. Analise as 4 mãos e escolha a linha em que gostaria de estar sentado para marcar pontos para a sua coluna?

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 216

A escolha acertada é a linha N-S. O contrato é imperdível desde que jogue pequena no morto, pois não tem qualquer interesse em jogar a D, e deixe fazer a 1ª vez de R. Qualquer ataque de E será inofensivo, e quando W fizer o A de trunfo e voltar com 10♦ joga pequena outra vez e se E cortar não há problema, pois terá que dar sempre mais uma ma; se E não o fizer pega então de A destrunfa e dá depois a ♠ perdente. Quem cobriu instintivamente o R com o A, já não conseguiu evitar o cabide, dando o A de trunfo e 3♥. Neste problema mostra-se mais uma vez a grande importância da primeira vez, porquanto a resolução de muitos problemas depende da primeira jogada, para o que devemos começar por procurar analisar as hipóteses face à saída, contarmos as nossas perdes e estabelecer uma linha de jogo.

Nunes Marques
CALM AN

PALAVRAS CRUZADAS

Problema nº 199

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1										
2										
3										
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										
11										

HORIZONTAIS: 1 – Substância usada para impregnar madeiras, tecidos, e outros materiais, que impede a inflamação e decomposição, sendo normalmente resina sintética ou sal de amónia; nota musical. 2 – Apupo; espécie de coqueiro do Brasil. 3 – Armadilhas para pássaros; mais na confusão. 4 – Pronome pessoal; perturba os sentidos. 5 – Porco (inv.); além; o mesmo que ião. 6 – Nome antigo dos governadores árabes de territórios de Espanha; corda com que uma embarcação reboca outra. 7 – Artigo masculino plural; Luís, na confusão; nome próprio feminino. 8 – Plano inclinado (inv.). 9 – Enfadadas. 10 – Aparelhos para alisarem e lustrarem, nas fábricas de fição. 11 – Que não morre.

VERTICAIS: 1 – Cidade da Rússia a nordeste de Moscovo; naquele lugar. 2 – Travessas; instrumento para encurvar as calhas das linhas férreas. 3 – Ninhos; acontecimento. 4 – Pequeno poema da Idade Média, narrativo ou lírico (inv.); gritos; três palavras de rosas. 5 – Árvore com cuja casca se aromatiza o vinho; olear. 6 – Símbio, de muito pequena dimensão, com a particularidade de não apor o polegar à face palmar; no princípio de adela. 7 – Símb. quím. do gálio; labirinto (inv.). 8 – Mamífero pinípede do Pacífico; carne de porco ensacada em tripa de intestino grosso. 9 – Cantor entre os gregos; irmãos na confusão. 10 – Bebida ácida, composta de sumo de limão, água e açúcar; aspecto. 11 – Apelido; cidade da Grécia, na Tessália.

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 199

HORIZONTAIS: 1 – IGNIFUGO; LA, 2 – VAIÁ; JATÁI, 3 – AROIAS; AEMIS, 4 – NOS; ATORDOA, 5 – OT; ALP; ION, 6 – VALI; TOA; AL, 7 – OS; SUIU; ADA, 8 – APMAR, 9 – AGASTADAS, 10 – LISSADEIRAS, 11 – IMORREDOIRA.
VERTICAIS: 1 – IVANOVO; ALI, 2 – GAROTAS; GIM, 3 – NIOS; CASO, 4 – IAL; AIS; SSR, 5 – AAL; UNTARI, 6 – UISTITI; ADE, 7 – GA; OLADED, 8 – OTARIA; PAIO, 9 – AEDO; AMSRI, 10 – LIMONADA; AR, 11 – SA; LARISA.

CARMO PINTO
1 TEN

SUDOKU

Problema nº 48

FÁCIL

				1	9			
	4			9				7
	9	8		7		3	2	
				1		2	9	
		3				7		
	6	7		2				
2	3		9			4	1	
				8			2	
		9	3					

DIFÍCIL

					9	7		
	4		1	3				
				2				
		5	7			2	3	
		6	2	1		8	9	
					5	6		
9		7	5					
3	5	1	6					2

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 48

FÁCIL

8	5	1	6	7	4	3	2	9
9	2	7	5	8	6	4	1	3
8	6	4	3	9	2	7	5	1
3	7	8	2	5	1	6	4	9
7	3	6	9	4	8	5	2	1
4	8	5	7	1	3	2	9	6
5	7	8	9	2	6	4	3	1
6	4	9	1	7	3	2	8	5
7	4	1	2	8	5	7	1	3
2	1	3	4	5	6	7	8	9

DIFÍCIL

2	1	3	4	5	6	7	8	9
8	5	1	6	7	4	3	2	9
7	3	6	9	4	8	5	2	1
4	8	5	7	1	3	2	9	6
5	7	8	9	2	6	4	3	1
6	4	9	1	7	3	2	8	5
7	4	1	2	8	5	7	1	3
2	1	3	4	5	6	7	8	9

NOTÍCIAS PESSOAIS

NOMEAÇÕES

• COM José Manuel Jesus Silva, Diretor de Saúde Militar • CMG José Nuno dos Santos Chaves Ferreira, Diretor de Pessoal • CMG MN Luís Carlos Bronze dos Santos Carvalho, Diretor de Saúde • CMG M João Paulo Ramalho Marreiros, Subdiretor-Geral do Instituto Hidrográfico • CMG M Pedro Miguel de Sousa Costa, Comandante do Agrupamento de Navios Hidrográficos • CMG M José Rafael Salvado de Figueiredo, Diretor do Centro Integrado de Treino e Avaliação • CMG EMA João Paulo Cancela Roque, Diretor de Tecnologias de Informação e Comunicações.

RESERVA

• CFR SEH Virgílio Manuel de Oliveira Mesquita Chim • CFR SEA Francisco Gaspar Dinis Pires • CFR SEG Sérgio Miguel de Sousa Amorim Rocha Trindade • SMOR MQ Rui Manuel Dias Pereira Fernandes Soares • CMOR FZ Vítor José Bolinhas Gonçalves • CMOR CM Eduardo Jorge Batista dos Santos.

REFORMA

• VALM RES José Alfredo Monteiro Montenegro • CALM AN RES Henrique Lila Morgado.

FALECIDOS

• 10479 CMG MN REF António Alves da Fonseca • 547059 CTEN OTS REF José Carlos Afonso • 99944 1TEN SG REF Joaquim Manuel Alcária Letras • 265949 1TEN OTS REF José Maria de Azevedo • 288649 1TEN SG REF Antero da Cruz • 895662 SMOR FZ REF Francisco Augusto Ramos da Silva • 301570 SCH TEA REF Armando Manuel Jesus Barradas • 506158 SAJ FZ REF Aurélio Inácio Martins • 160769 SAJ MQ REF José Francisco Nascimento Duarte • 423056 1SAR L José Neto Manso • 215649 1SAR M REF Aristides Lopes • 195780 1SAR E REF José Francisco Marques da Conceição • 109485 CAB AP RES António Fernando Duarte Afonso • 31001581 AG 1CL QPPM APOS Carlos Monteiro Pereira Pinto • 32011779 Guarda 1CL PEM QPMM António Jacinto Cardeira.

NOTÍCIAS



CENTENÁRIO DO VALM ALMEIDA D'ÊÇA

O VALM Vicente Almeida d'Êça comemorou o seu 100º Aniversário no passado dia 31 de julho, tendo recebido, do Almirante CEMA, uma mensagem de parabéns de toda a Marinha e uma lembrança comemorativa.

No dia 1 de agosto, um grupo de amigos e camaradas que, durante a sua longa carreira, com ele prestaram serviço, designadamente na comissão como Comandante da FF *Pacheco Pereira*, em Moçambique 1967/69, organizaram-lhe um Almoço de Aniversário, no Restaurante "A Casa das Palmeiras", na Parede, sendo de salientar a presença do então Imediato do navio, Comandante *Castro Guise*, e do atual Almirante CEMGFA.

Da sua rica e diversificada carreira poderão destacar-se duas pequenas curiosidades: no início da vida naval foi um dos cadetes envolvidos na transferência da Escola Naval da Rua do Arsenal para o Alfeite, em 1937, e atualmente é o decano dos Aviadores Navais. Parabéns e felicidades, Senhor Almirante.

ESCUTEIROS MARÍTIMOS ACAMPAM NA BASE NAVAL DE LISBOA

A Base Naval de Lisboa (BNL) acolheu entre 28 de julho e 4 de agosto, 750 jovens para o Acampamento Nacional dos Escuteiros Marítimos, conhecido pela sigla *Oceanos*, que se realiza todos os quatro anos, e que desta feita decorreu sob o lema "Navegando por um Mundo melhor".

Foram sete dias em que se percorreu o Tejo passando pelo Montijo, onde se limpavam as praias da Base Aérea, e se visitaram várias aldeias aviárias. O programa teve uma incidência especial sobre a sustentabilidade, proteção dos oceanos e atividades de consciencialização ambiental.

Os escuteiros tiveram ainda oportunidade de contactar com unidades da Marinha, através de visitas ao simulador na Escola Naval e a navios na BNL.



No dia 2 de agosto o evento recebeu a visita do Secretário de Estado da Juventude e Desportos, João Paulo Rebelo, que afirmou "os escuteiros estão absolutamente alinhados com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas".



SÍMBOLOS HERÁLDICOS

BRASÃO DO COMANDO LOCAL DA POLÍCIA MARÍTIMA DA PRAIA DA VITÓRIA



José Cabrita

DESCRIÇÃO HERÁLDICA

Escudo de vermelho com leão de ouro, armado e lampassado de prata, com duas estrelas de seis pontas nos cantões do chefe, carregadas com âncora de azul. Coronel naval de ouro forrado de vermelho. Sotoposto listel ondulado de prata com a legenda em letras negras maiúsculas, tipo elzevir, «COMANDO LOCAL DA POLÍCIA MARÍTIMA DA PRAIA DA VITÓRIA».

SIMBOLOGIA

O leão é um elemento do brasão de Praia da Vitória, simbolizando a força, a magnanimidade e a valentia. A estrela de seis pontas é um elemento associado às forças policiais, considerado um guia para a ação e repositório de nobreza. A âncora alude à maritimidade e é sinónimo de constância, segurança e firmeza.



SÍMBOLOS HERÁLDICOS

BRASÃO DO COMANDO LOCAL DA POLÍCIA MARÍTIMA DA PÓVOA DE VARZIM



José Cabrita

DESCRIÇÃO HERÁLDICA

Escudo de azul com uma cruz nodosa de ouro, terminada inferiormente por dois braços de âncora de prata, com duas estrelas de seis pontas do mesmo nos cantões do chefe, carregadas com âncora de azul. Coronel naval de ouro forrado de vermelho. Sotoposto listel ondulado de prata com a legenda em letras negras maiúsculas, tipo elzevir, «COMANDO LOCAL DA POLÍCIA MARÍTIMA DA PÓVOA DE VARZIM».

SIMBOLOGIA

A cruz nodosa de ouro e os braços da âncora em prata encontram-se no brasão municipal. A estrela de seis pontas é um elemento associado às forças policiais, considerado um guia para a ação e repositório de nobreza. A âncora alude à maritimidade e é sinónimo de constância, segurança e firmeza.